



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
-PPGG/UEPA



MAURO VIEIRA SANTOS

Território Educativo e Saberes Ribeirinhos: no fluxo ou na contramão?

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cátia Oliveira Macedo

Belém – PA
2022

MAURO VIEIRA SANTOS

**TERRITÓRIO EDUCATIVO E SABERES RIBEIRINHOS: NO FLUXO
OU NA CONTRAMÃO?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na seguinte linha de pesquisa: Análises Socioespaciais e Territoriais no Campo da Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cátia Oliveira Macedo.

Belém, PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Santos, Mauro Vieira

Território educativo e saberes ribeirinhos: no fluxo ou na contramão? /Mauro Vieira Santos; orientação de Cátia Oliveira Macedo. - Belém, 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2022.

1.Comunidades-Barcarena-PA.2.Territorialidade.3.Ribeirinhos-Barcarena-PA.I.Macedo, Cátia Oliveira (orient). II. Título.

CDD 23ed. 307.2

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

MAURO VIEIRA SANTOS

**TERRITÓRIO EDUCATIVO E SABERES RIBEIRINHOS: NO FLUXO
OU NA CONTRAMÃO?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na seguinte linha de pesquisa: Análises Socioespaciais e Territoriais no Campo da Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cátia Oliveira Macedo.

RESULTADO _____

DATA: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cátia Oliveira Macedo (PPGG/UEPA)–Orientadora

Prof. Dr. Fabiano Oliveira Bringel (PPGG/UEPA) - Examinador Interno

Prof. Dr. Rafael Benevides de Souza – (IETU/Unifesspa) - Examinador Externo

Belém, PA
2022

DEDICATÓRIA

Queridos filhos!

Dedico essa dissertação de mestrado ao meu filho Nicolas e minha filha Valentina que durante minhas jornadas de estudo acomodavam ao meu lado e com paciência, aguardavam minha atenção, a eles que são minha razão de viver e inspiração deste trabalho.

“O indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber quais são suas origens e as condições de que depende”

Émile Durkheim

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer muito a Deus que nunca me desamparou e sempre esteve e está ao meu lado em todos os momentos da minha vida na alegria ou na tristeza, sempre me orientou no caminho correto a seguir e me concedeu forças para prosseguir nessa jornada, a ele sou muito grato.

Aos meus pais Sr. Maurício da Silva e Sr^a. Maxilene Maria que sempre me incentivaram a estudar, mesmo passando por inúmeras dificuldades, com meus dois irmãos e minha irmã, conseguimos superar todos os desafios e nos tornarmos orgulhos para eles.

À minha fiel companheira Vanessa de Fátima, amiga e conselheira nos momentos difíceis de tomada de decisão que sempre está ao meu lado, me incentivando, criticando e apoiando, com o propósito de contribuir com meu trabalho, e que ainda, possui missão árdua de cuidar do lar e de nossos lindos filhos Nicolas e Valentina, nossa motivação para viver.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Cátia Macedo que apesar de seu cargo de coordenadora do curso de Graduação em Geografia na UEPA e as suas diversas atribuições, sempre conseguia agendar os encontros ou reuniões, a fim de discutirmos os caminhos a seguir nessa empreitada. Sua cooperação e participação foram significativas na construção e encaminhamentos desse trabalho.

À professora Dr^a. Lais Campos da UFG, que durante o seminário de dissertação do programa, realizou minuciosa análise do relatório e direcionou de forma muito clara e objetiva os rumos do trabalho.

Ao professor Dr. Rafael Benevides de Souza – (IETU/Unifesspa) pelas contribuições na pesquisa, por ocasião da qualificação no programa.

Aos membros do colegiado do programa de Pós-Graduação em Geografia de UEPA – PPGG do qual fui representante da turma 2020, em especial aos professores Dr. Fabiano Bringel e Dr. Willame coordenadores do programa que sempre estiveram atentos com as demandas da turma e disponíveis sempre que solicitados.

Aos colegas da segunda turma do PPGG-UEPA, dos quais pudemos compartilhar nossas dúvidas, as angústias, ansiedades e ajuda mútua, foram poucos encontros presenciais, mas a turma mostrou-se unida e preocupada uns com os outros, demonstrando espírito muito forte de amizade.

Ao meu grande amigo Flávio Batista geógrafo e técnico do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, sempre disponível na construção e elaboração dos mapas que ajudam aos leitores do trabalho alcançarem uma noção da área e dos objetos de estudo.

Gostaria de agradecer aos moradores da comunidade do Furo do Nazário, onde, no início fui recebido com certo receio, mas que posteriormente, após várias conversas e visitas pudemos avançar com as entrevistas e penetrar em seus cotidianos.

Ao Sr. Jair da boca do furo como é popularmente conhecido e à sua esposa Sr^a. Maria da Paixão que me receberam em sua residência e me proporcionaram momentos incríveis de descoberta com suas histórias de vivência, além de degustar de um açaí batido na hora e retirado da “mata” como narrado pelo Sr. Jair.

Ao barqueiro Sr. Wladimir e seu filho Renan muito jovem condutor, que disponibilizaram sua embarcação para conhecer o furo do Nazário e visitar as casas e as famílias que são afastadas umas das outras. Foi atencioso e prestativo apresentando seus outros irmão, parentes e amigos da comunidade. Apresentou sua rotina de trabalho e apontou os principais caminhos das estradas de água.

À diretora da Escola Municipal de Ensino infantil e Fundamental Prefeito Laurival Cunha, Prof^a. Sra. Raimunda do Socorro, conhecida na comunidade e na escola como “Rai” que esteve sempre disposta a atender e responder aos vários questionamentos das condições de funcionamento da escola e sua relação com a comunidade Furo do Nazário, sua vivência e as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, formam parâmetros essenciais e utilizados como dados importantes neste trabalho. Foi muito generosa em também conceder a residência de seus pais e garantir minha hospedagem, mesmo sendo um desconhecido, a ela meu respeito e gratidão.

Aos professores Luiz Cláudio da disciplina de Geografia e Renato Leão da disciplina de estudos Amazônicos, que a partir de seus depoimentos pudemos perceber as dificuldades e desafios de aprendizagem pelos alunos e a ausência de políticas voltadas para a educação do campo nas comunidades ribeirinhas.

Ao agente de portaria da escola e vendedor de açaí Sr. Elton Tavares que com sua dupla função, foi um elo importante junto à escola e, um facilitador de encontros, com os professores e a diretora da escola com seus mais de dez anos de vivência no ambiente escolar do campo, também contribuiu significativamente com a dinâmica econômica demonstrada através da comercialização do fruto em seu comércio em Belém.

Aos demais funcionários da escola, às senhoras que confeccionam a merenda das crianças, Sr^a. Ana Cléia e Sr^a. Francineide Moraes que são moradoras da ilha, ao também agente de portaria Sr. Oziel Menezes que também é morador do Furo, mantêm os filhos matriculados na escola, sua experiência e vida suas histórias foram relevantes para esclarecer e conhecer os modos de vida da comunidade, suas necessidades e urgências.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Barcarena, mais precisamente da secretaria municipal de Saúde, assistente de administração Jessyca Nascimento e Amanda Negrão, coordenadora de atenção básica do município que responderam as solicitações por e-mail.

E por fim, agradecer à Universidade do Estado do Pará (UEPA), minha instituição de ensino da qual tenho muito orgulho pela oportunidade e privilégio de ser aluno, que por meio dos trabalhos acadêmicos, pude embrenhar-me no espaço de vivência das comunidades ribeirinhas da Amazônia, são meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

As comunidades ribeirinhas na Amazônia possuem significativas particularidades que estão presentes em seus cotidianos e modos de vida, vislumbrando um universo de práticas e saberes vinculados ao território. Partindo desta perspectiva objetivamos neste trabalho compreender a diversidade de saberes culturais ribeirinhos que envolvem a comunidade Furo do Nazário na Ilha das Onças no Município de Barcarena - PA. O território educativo será discutido a partir dos dados empíricos coletados no território da comunidade, com enfoque na Escola Municipal de Ensino Fundamental Laurival Cunha. A natureza da pesquisa é de cunho qualitativo com realização de trabalho de campo e observação participante. Quanto à técnica de pesquisa realizou-se entrevistas abertas e semiabertas e aplicação de questionário a fim de aprofundar os dados sobre o território educativo na Amazônia e seus saberes. Os resultados apontam que a vivência dos moradores da comunidade, reproduzida por intermédio de seus saberes e modos de vida, permanece no fluxo e legitimando sua territorialidade, contudo a reprodução dessas práticas na escola seguem na contramão e distantes da realidade local desses sujeitos.

Palavras-chave: Modos de vida; território educativo; educação ribeirinha; saberes; comunidade.

ABSTRACT

Riverside communities in the Amazon have significant particularities that are present in their daily lives and ways of life, envisioning a universe of practices and knowledge linked to the territory. From this perspective, we aim in this work to understand the diversity of riverside cultural knowledge that involves the Furo do Nazário community on Ilha das Onças in the Municipality of Barcarena-PA, from the educational territory, represented by the school as an instrument in the reproduction of this knowledge. The educational territory will be discussed from the empirical data collected through the territory of the community, focusing on the Escola Municipal de Ensino Fundamental Laurival Cunha. The analyzes will be guided by the qualitative research methodology with field work, interviews and based on theoretical references that approach the educational territory in the Amazon and its knowledge. The results indicate that the experience of community residents, reproduced through their knowledge and ways of life, remains in the flow and legitimizing their territoriality, however, the reproduction of these practices at school goes against the grain and is distant from the local reality of these subjects.

Keywords: Lifestyle; educational territory; riverside education; knowledge; community

LISTA DE SIGLAS

AMIL – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA ILHA
ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO SOCIEDADE ANONIMA
ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA
COVID-19 – CORONA VÍRUS
CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ENERA- ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES
ENEM- EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO
EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
II PNRA- II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
MPEG – MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
NIS - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL INDIVÍDUAL
PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
PBC - PROGRAMA BOLSA CIDADÃ
PAE - PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA
PMB- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA-PA
PRODAT - PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA
SEMED – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA
SEMUSB- SECRETARIA DE SAÚDE DE BARCARENA
SEMAT- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TESOUREIRO DE
BARCARENA
SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UEPA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrega de açaí na residência do Sr. Elton para comercialização.....	46
Figura 2 - Consumidores aguardando a batida do fruto na máquina.....	47
Figura 3 - Coleta de açaí da mata.	50
Figura 4-Máquina de bater açaí na residência ribeirinha.	51
Figura 5 - Matapi decorativo.	52
Figura 6 - Matapi confeccionado de garrafas PET.	53
Figura 7 - Restaurante Gastronômico na Ilha.	54
Figura 8 - Acúmulo de material coletado no entorno da Ilha.	56
Figura 9 - Cidade de Belém vista do quintal da Sra. Maria da Paixão.	57
Figura 10 - Embarcação Ribeirinha.	60
Figura 11 - Renan, a caminho da casa de seus avós.	61
Figura 13 - Furo do Nazário - Ilha das Onças.	63
Figura 14- Queima de lixo no quintal.....	64
Figura 15 - Residência ribeirinha com painel fotovoltaico.	65
Figura 16 - Acesso à unidade de saúde da família da comunidade.	66
Figura 17 - Paneiro com açaí coberto com a folha de açazeiro.....	68
Figura 18 - Escola Municipal Prefeito Laurival Cunha.....	83
Figura 19 - Chegada dos alunos à escola.....	85
Figura 20 - Jovem Renan auxiliando no trabalho e sem frequentar aula.	87
Figura 21- Transporte de docentes e corpo técnico.	89
Figura 22 - Sala de aula com alunos do 6° ano.	99

LISTA DE MAPAS

Mapas 1 - Ilha das Onças – Município de Barcarena / PA.....	41
Mapas 2 - Entrada do Furo do Nazário na Ilha das Onças.	62
Mapas 3 - Localização da escola no Furo do Nazário - Ilha das Onças.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Entrevistados na Escola..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percorso histórico da formação dos territórios no município de Barcarena	35
Quadro 2 - Escolas do Campo na Ilha das Onças cadastradas na SEMED do município.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Percurso Metodológico.....	21
CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO RIBEIRINHO DA ILHA DAS ONÇAS	24
Importância do movimento cabano e dos ciclos econômicos na organização das comunidades ribeirinhas	29
A Ilha no contexto histórico do município de Barcarena-PA.....	34
Marcas de formação do território ribeirinho na Ilha das Onças	37
Territorialidade da Ilha das Onças.....	40
Organização e movimentos sociais da Ilha.....	57
CAPITULO II – TERRITÓRIO E MODO DE VIDA NA COMUNIDADE FURO DO NAZARIO- ILHA DAS ONÇAS.....	59
Saberes da mata	67
Saberes do rio	69
Saberes Culturais Ribeirinhos	72
CAPITULO III – POR ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE: A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO EDUCATIVO NA COMUNIDADE FURO DO NAZÁRIO	73
Saberes populares na Amazônia e modos de vida ribeirinho	74
Educação na Ilha das Onças: questões institucionais	77
Uma escola ribeirinha na Ilha das Onças.....	80
Desafios da docência ribeirinha na Escola Laurival Cunha	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	106
APÊNDICE– I - Roteiro - Trabalho de Campo.....	106
APÊNDICE– II - Distribuição da condução dos alunos por comunidade.....	108
APÊNDICE– III – Caderno de atividades.....	109
APÊNDICE IV – Caderno de respostas	110
APÊNDICE V – Extrato da carta de serviços 01 – SEMED Barcarena-PA.	111
APÊNDICE VI – Extrato da carta de serviços 02 – SEMED Barcarena-PA.....	112
APÊNDICE VII – Termo de Consentimento	113

INTRODUÇÃO

No universo dos saberes ribeirinhos encontram-se os elementos que compõem a multiculturalidade das comunidades ribeirinhas amazônicas. No percurso dos rios, vê-se a vida refazendo-se a cada momento, ressignificando práticas cotidianas que se mostram profícuas no fortalecimento dos territórios ribeirinhos. No limiar do século XX, a luta pelo reconhecimento político das populações ribeirinhas, colocou na ordem do dia a sua relação com a água como condição para a sua existência e a educação como instrumento fundamental na construção dos seus territórios.

Nesse contexto, a pesquisa intitulada “Território Educativo e Saberes Ribeirinhos: no fluxo ou na contramão?” vislumbra compreender a composição do território na Comunidade Furo do Nazário na Ilha das Onças e seu rebatimento na formação Escolar (Território Educativo). Como problema de pesquisa nos debruçaremos sobre a seguinte questão: Como o território ribeirinho da Comunidade do Furo do Nazário se evidenciam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Laurival Cunha?

Por meio do curso de especialização em Ensino de Geografia na Amazônia realizada em 2018 e 2019 (UEPA), foi possível conhecer o Município de Barcarena-PA e embrenhar-me na Ilha das Onças, onde foram observados a multiculturalidade e sócio-biodiversidade das comunidades ribeirinhas que utilizam os recursos da floresta para autossustentar a família e fonte de renda. O contraste educacional de uma escola ribeirinha para uma escola urbanocêntrica nos despertou para essa problemática dando origem ao artigo de conclusão “Desencontros do ensino de geografia na Amazônia: desafios da educação ribeirinha frente ao modelo urbano”. Com o fechamento desse trabalho buscou-se ampliar a reflexão sobre os saberes tradicionais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia.

O levantamento de dados se deu através de materiais coletados em campo, por meio de entrevistas, questionários, conversas, formais e informais com os membros da direção, corpo técnico, professores, alunos e moradores da comunidade. A utilização dos nomes reais e apelidos foram autorizados pelos entrevistados que participaram da pesquisa. Buscou-se contato com os sujeitos envolvidos na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, que segundo informação da direção ocorre com a participação dos alunos e em sua maioria pelas mães.

Este trabalho se constitui a partir de se permitir uma proposta de análise baseada na interpretação do contraditório, ou seja, “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (LAKATOS, MARCONI, 2013, p.106), através das contradições observadas na realidade, partindo-se da premissa de origem do passado. Investigar uma relação continuamente contraditória a partir do conceito de campo e de educação são desafios que precisam ser pautados para se alcançar uma definição coerente para Educação do Campo.

A partir dessas reflexões é necessário investigar as raízes dos saberes ribeirinhos na Ilha das onças, por meio do trabalho desses sujeitos, seus modos de vida, religiosidade, crenças, oralidade, e a articulação da escola com esses saberes. A escola do campo como território educativo e encontro plural de saber consegue garantir a memória e identidade socioespacial com o lugar, além da permanência dos sujeitos no campo. A contradição surge com a realidade da Escola Municipal Laurival Cunha, como instrumento do estado numa comunidade na beira do rio, distante apenas 5 km da capital Belém. Para ser realizado um aprofundamento do objeto pesquisado é necessário, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 35) o seguinte: “o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança”.

Mergulhar no território a fim de problematizar a formação de um território educativo, exige envolvimento com a comunidade, seu modo de vida, dinâmica de trabalho, relação desses sujeitos com o tempo, sua identidade, religiosidade, crenças, festejos e dinâmica de produção que estão interligados e representados no cotidiano e legitimando a relação de territorialidade ribeirinha. Segundo Adolfo Neto, 2011, p 117:

[...] territorialidade ribeirinha é forjada a partir do conjunto de relações socioespaciais que o sujeito estabelece e do papel do rio nestas relações. Faz-se importante salientar que toda relação do sujeito com o espaço se dá a partir de uma multiplicidade de elementos sobre os quais o sujeito desenvolve suas relações socioespaciais.

Essas relações socioespaciais são estabelecidas por intermédio dos saberes ribeirinhos acumulados no processo histórico e cultural que são disseminados pelos ancestrais espontaneamente na vivência, nas interações das comunidades com a natureza, referenciados

pelos rios, pela mata e meios de autossuficiência, Oliveira (2007). Alguns autores como Fernandes, 2004; Cruz, 2008; Molina, 2004, tratam esse conhecimento de saberes como populares, devido sua forte ligação com suas práticas “de experiência de vida (trabalho, vivência afetiva, religiosidade, etc.)”. E a partir dos quais “o grupo se identifica como tal, troca informações entre si, interpreta a realidade em que vive” (BRANDÃO, 1985 apud, OLIVEIRA, 2007, p. 109).

A partir do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores – ENERA, realizado em 1997, foi possível pensar na educação do campo, voltada para as especificidades dos trabalhadores rurais e que seria consolidada na Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” realizada em 1998. Por meio de questões levantadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), efetivou-se um debate com os povos do campo e suas diferentes concepções de saber, destacando a importância desses saberes na construção e conquista de seus territórios, como ressaltado com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A aprovação das Diretrizes Operacionais representa um grande avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é o espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo passo dessa caminhada de quem acredita que o campo e a cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser compreendidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modos de organização diferenciados, que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão *urbanoide* e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como o modelo de país moderno. A modernidade é ampla e inclui a todos e a todas, do campo e da cidade. Um país moderno é aquele que tem um campo de vida, onde os povos do campo constroem sua existência (FERNANDES, 2011, p. 136-137).

Nessa concepção, a educação do/no campo deve ser elaborada com base nas singularidades e particularidades dos sujeitos que habitam, trabalham, sobrevivem da mata, vivem no tempo da floresta e dos rios e resistem por meio da educação no campo, portanto o autor destaca que o “campo é vida” e sua relação de dependência da cidade e vice-versa.

A heterogeneidade cultural das comunidades ribeirinhas aponta para uma educação do campo voltada aos interesses e as necessidades específicas dos sujeitos do campo. Diante dessas necessidades, o projeto pedagógico escolar ribeirinho deve ser construído a partir do diálogo com esses sujeitos, sendo na escola o lugar privilegiado do encontro de múltiplos saberes. Diante dessa perspectiva o *lôcus* dessa pesquisa é voltado para a Escola Municipal de

Ensino Fundamental Prefeito Laurival Cunha, localizada no Furo do Nazário que atende cerca de 17 comunidades localizadas na Ilha das Onças, no Município de Barcarena-PA.

Percurso Metodológico

Dentre as principais medidas de contenção da pandemia do COVID-19 em níveis mundiais na sociedade, o isolamento social foi uma das soluções com a finalidade de controlar a contaminação do vírus entre os indivíduos e reduzir a ocupação de leitos dos hospitais já sobrecarregados, com isso, todas as atividades foram suspensas e retornando somente após a imunização por meio da aplicação de vacinas na sociedade. Com todas as atividades suspensas, os trabalhos acadêmicos que necessitavam de práticas de campo¹ foram comprometidos. No meu caso, o trabalho de campo foi executado, após o percentual de retorno atingir 100%, fato que ocorreu somente no mês de novembro de 2021.

Com a retomada gradual das atividades escolares distribuída em grupos no mês de setembro e respectivamente nos meses de outubro e novembro, foi possível planejar o trabalho de campo, elaborando um roteiro conforme apêndice I, com as atividades a serem realizadas no *lôcus* da pesquisa com os atores envolvidos e ratificado pela orientadora.

As implicações do trabalho de campo não permitiram uma coleta de dados dentro do esperado, inicialmente foi programado uma permanência no local da pesquisa por cinco dias consecutivos, incluindo pernoite, porém só foi possível realizar observações e registros durante três dias.

O acesso dos professores, funcionários e alunos até a escola Laurival Cunha é realizado por embarcações da Ilha das Onças, contratadas pela Prefeitura Municipal de Barcarena-PA (PMB), por meio da Secretária Municipal de Educação (SEMED). O corpo docente e técnico se desloca do trapiche, localizado no Ver-o-Peso em dois períodos, um pela manhã e outro a tarde.

No período programado para visita à escola, as aulas estavam suspensas por tempo indeterminado, devido à falta de pagamento dos barqueiros contratados pela prefeitura, que já acumulavam três meses de atraso, a paralisação foi concretizada com a diminuição na produção do açaí, principal fonte de renda da Ilha. Diante dessa problemática os professores e

¹ No campo do conhecimento geográfico, torna-se indispensável com o propósito de análises dos fenômenos ocorridos no espaço, “trata-se de abordagens que se aproximam de grupos e seguimentos populacionais essencialmente para compreender os próprios sujeitos e a sua espacialidade cotidiana” (ROBAINA, 2018). Suas interações e dinâmicas no espaço-temporal também fornecem subsídios para interpretação e construção de argumentos sustentados em conceitos e teorias geográficas.

funcionários tiveram que custear² seu deslocamento até a escola, a fim de dar continuidade ao ensino “remoto³” e correção das apostilas que foram mantidas por ocasião da paralisação dos barqueiros.

Com o funcionamento parcial da escola e com a ausência dos discentes, ainda sim, foi possível coletar dados primários de observação e realizar entrevista com a direção, corpo técnico (incluindo serviços gerais) e docentes que estavam presentes durante as visitas, o curto período de permanência desses profissionais e o envolvimento com a correção das apostilas, também comprometeram os dados da pesquisa.

Também foram consultados os documentos: Projeto Político da Escola 2020-2022, que segundo a direção estava em processo de elaboração, registro de alunos matriculados, relação das comunidades atendidas com seus respectivos alunos e embarcações responsáveis pela condução dos alunos, dados registrados⁴ e acompanhados na escola.

Entre os dias 05 e 07 de novembro 2021, a pesquisa foi realizada com os moradores da comunidade Furo do Nazário, onde a escola está localizada. Neste momento, buscou-se penetrar nas particularidades dos moradores, observando seu modo de produzir e organizar a vida no território, bem como a importância da escola na comunidade. Para isso é primordial o acompanhamento de suas dinâmicas de vida e suas especialidades, compreender as lógicas espaços-temporais com a natureza e identificando seus saberes.

Foram realizadas conversas com as famílias que vivem às proximidades da escola. Na ocasião os primeiros contatos demonstraram-se desconfiados, porém no decorrer das conversas e o esclarecimento dos motivos e propósitos da pesquisa, foi possível avançar e conhecer 04 residências, realizar registros fotográficos e interação com os entrevistados.

²No período de greve dos barqueiros, a direção da escola solicitava aos professores e demais funcionários que realizassem esforços, a fim de cumprir seus compromissos junto à escola, custeando os gastos com a travessia até o Furo, com valores que variavam entre R\$ 7,00 e R\$ 10,00. Tal solicitação era atendida parcialmente e causando muitos transtornos principalmente aos alunos.

³Para a Secretária de Educação do Município o ensino remoto funcionava perfeitamente na Ilha, na comunidade onde a escola estava localizada a realidade era outra; nenhum aluno matriculado utilizava a plataforma disponível pela Secretária, e a escola por intermédio da direção coletou depoimento dos pais e dos próprios alunos revelando a problemática e os encaminhou para prefeitura, que por sua vez, passou a utilizar o sistema de apostilamento na escola.

⁴Sobre os dados oficiais da Escola Municipal Prefeito Laurival Cunha foram realizadas inúmeras tentativas de contato principalmente por e-mail e telefone com a secretária de Educação de Barcarena, Sr^a. Ivana Ramos, mas não obtivemos respostas, o setor de Estatística Educacional subordinado a mesma secretária e que é responsável pelas matrículas das 57 (cinquenta e sete) Escolas do Campo, também não respondeu aos e-mails. Sendo assim não foi possível realizar uma análise comparativa dos dados coletados na escola, com os dados oficiais dos órgãos de controle do município.

A pesquisa é composta por três capítulos, no primeiro capítulo será apresentada a Ilha das Onças, no contexto do município de Barcarena, formação de sua territorialidade, contexto socioeconômico, organização e movimentos sociais da Ilha, principais marca de formação do território, além da importância do movimento cabano na composição dessa territorialidade e os ciclos econômicos na organização ribeirinha. O segundo capítulo, abordará o território e modos de vida na comunidade Furo do Nazário. No terceiro capítulo penetramos na comunidade e conhecemos seus saberes e a relação da comunidade com a mata, rio e sua cultura. Através dessa aproximação escola-comunidade foi possível pensar a constituição do território educativo.

CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO RIBEIRINHO DA ILHA DAS ONÇAS

A população ribeirinha da Amazônia possui o território como parte integrante de sua existência e permanência na floresta. Por meio de seus saberes e experiências cotidianas utilizam os recursos naturais, a fim de assegurar sua sobrevivência e renda. O território é definido nesse contexto como uma categoria essencial que nos permite dialogar sobre os padrões de interação da comunidade, seus modos de vida e identidade, enfim como se dão as relações de poder e apropriação da terra, da água e da floresta, a partir desse grupo social. Cabe lembrar a aplicação multidisciplinar do conceito de território nas últimas décadas com destaque para as ciências sociais, que amplia o debate de construção das diversas formas de territorialidade no mundo contemporâneo.

Buscando compreender etimologicamente a origem da palavra território, que possui forte vínculo com espaço físico, à terra, do latim consoante as análises de Haesbaert (2014, p. 43) “*territorium*” é derivado diretamente do vocábulo terra, utilizado pelos romanos em seu sistema jurídico, chamado de *jus terrendi*, ou seja, pedaço de terra dentro de um domínio político administrativo. Recorrendo a outros significados nota-se uma dupla conotação existente entre *terra-territorium* e *terreo-territor*⁵ (aterrorizar aquele que aterroriza). Nesse contexto podemos inferir sobre a importância de aplicação do conceito de território na abordagem da realidade ribeirinha na comunidade pesquisada na Ilha das Onças e empregá-lo como instrumento de apoio, e caminho de entendimento dessa realidade, a fim de compreender o uso da terra para usufruto e satisfação individual ou da comunidade (prazer), ou espaço de resistência e luta pela permanência na terra (terror).

Em outro ponto de vista “aterrorizar” estaria relacionado à imposição, apropriação de um limite de terra por um indivíduo ou grupo de pessoas, segregando aos que não possuem acesso a terra, ou por outro momento se construindo sentimento de pertencimento, revelando assim as possíveis dimensões do território. Contudo, o autor destaca na sua aceção de território a sua analogia em dois sentidos “predominantemente, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, o outro minoritário referindo-se ao sentimento que o ‘território’ inspira” Haesbaert (2014a, p.43).

Essa ambiguidade tem se revelado no âmbito dos debates sobre território e historicamente um ponto que é aliado ao seu conceito, diz respeito à ideia de território enquanto fração do espaço onde se estabelece relações de Poder, como definido por Raffestin:

⁵ Traduzido do *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, de Ernout e Meillet (1967 [1932]:687-688) e a *Orford Latin Dictionary* (1968:1929) Haesbaert (2014, p.43).

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Baseado nas considerações acima se destacam as ações que são praticadas no espaço e as relações que se desenvolvem ou são estabelecidas entre as pessoas que nelas habitam, constituindo um processo relacional, tais ações produzem o território, onde os indivíduos e os grupos exercem sua territorialidade, reforçando a intensão de poder, projeta que o território “se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”, Raffestin (1993, p.144) e que pode se manifestar quando suas delimitações e fronteiras são utilizadas para moldar comportamentos e controlar o acesso a recursos e poder, além da intensão de apropriar-se.

Seguindo na mesma lógica, Sack (1986) *apud* Haesbaert (2014), reconhece que a territorialidade é uma “base de poder”, contudo não faz associação de poder com agressividade nem tão pouco, como parte de um instinto e sim que toda relação de poder é “territorial” e inclui uma territorialidade.

Raffestin (1993) e Haesbaert (2014) utilizam uma visão de território eminentemente humana e social, que envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado” HAESBAERT (2014, p 86), e que pode também ser entendida como estratégia espacial, a fim de atingir, influenciar e controlar recursos e pessoas.

A dimensão econômica para Sack, da mesma forma admite o uso da terra e culturalmente por intermédio da significação do espaço como elementos que caracterizam a territorialidade, relacionando-os com os modos de manuseio e organização no espaço gerando significados ao lugar, exigindo constantes esforços para o seu estabelecimento e manutenção. E enuncia a territorialidade como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle, sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território” (SACK, 1986, p. 6 *apud* HASESBAET, 2014, p. 86-87).

Considerando a complexidade do conceito de território, as análises estarão pautadas no caboclo⁶/ribeirinho como sujeito subalternizado e sua relação sócio-espacial e espaço-

⁶ Segundo o Professor Carlos Walter, “É preciso que tenhamos um certo cuidado com a expressão *caboclo* muito usada na Amazônia e que tenta designar essas populações. Sendo a Amazônia extremamente diferenciada em diversas sub-regiões no Acre, a expressão *caboclo* foi, na década de 1970, muito usada por fazendeiros para indicar que não eram indígenas as populações que habitavam aqueles rios, sobretudo os do Alto Juruá. Assim, a

temporal no processo de territorialização. Haesbaert (2014) observa o território a partir de dois enfoques que podem ser associados com a síntese da pesquisa: o enfoque cultural – “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”, e o segundo enfoque o jurídico-político, mais disseminado, coloca o território como “espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”.

O valor simbólico do território ribeirinho é representado pela materialidade de suas práticas sociais, culturais e dos objetos que integram o espaço, numa perspectiva marxista com base nas “relações de produção” como fundamento para compreensão da organização do território (HAESBAERT, 2014). O autor propõe ainda considerar a dimensão “natural” na composição do território, mas nunca de forma dissociada.

Nas questões políticas o território é utilizado como “espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial” visão tradicional do alemão Friedrich Ratzel. Segundo Haesbaert (idem) a definição também pode abranger o território como aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. Materialidade que estão representadas no enraizamento sócio-espacial e cultural das comunidades ribeirinhas e imateriais estando relacionados com na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com seu espaço.

Portanto o território estaria sempre de forma indissociável, representado como cita Haesbaert, pela dimensão simbólica ou cultural em sentido específico e uma dimensão material de natureza predominantemente econômico-política, sendo classificada como abordagem articulado-conectada, ou seja, “integradora” do território.

Na concepção de Milton Santos (2000), a dimensão econômica é priorizada na construção do conceito de território, correlacionando “território usado” a “espaço geográfico”

expressão *caboclo* era usada não para afirmar a identidade indígena e todos os direitos à demarcação de terras que derivam dessa condição (Gonçalves, 2010, p.155).

A professora Antropóloga, Deborah Lima, define minuciosamente por intermédio do seu artigo intitulado “A construção histórica do termo *caboclo* - sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico” o estudo baseado em trechos de sua dissertação reúne o significado do termo *caboclo* em diferentes regiões do Brasil, aponta a influência da imigração portuguesa e outros países da Europa, e revela sua difusão na Amazônia como uma classificação social propondo o seguinte: “Na região amazônica, o termo *caboclo* é também empregado como categoria relacional. Nessa utilização, o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica. Os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada” (Lima, 1999, p. 7).

afirmando que: “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade de seu uso” (SANTOS, 2000, p. 12). Para Santos existem duas formas de uso do território, como recurso para atores hegemônicos – com o uso voltado para seus interesses particulares, direcionados para exploração do território por diferentes fontes de poder e realização de atividades exógenas com utilização de mão de obra local e como abrigo para atores hegemônizados - que buscam reinventar e garantir sua sobrevivência no meio geográfico local, reafirmando a leitura do território realizada por Santos com viés econômico.

Cabe ressaltar ainda a relevância do espaço para Milton Santos, nessa perspectiva, a sociedade não se realizaria, sem as formas, por meio das funções e processos como mencionado:

[...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, realizam através de *formas*. Estas podem ser originalmente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial (SANTOS, 2012, p.12, grifos do autor).

O ponto de vista remete a reflexão de um espaço humano e socializado que pode ser representado por sua *forma* (aspecto visível) exterior de um objeto, a comunidade ribeirinha em seu contexto histórico, pode ser considerado um arranjo no conjunto de objetos, formando um espaço padrão, as atividades ou tarefas desempenhadas pelo objeto – “Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões” (CORRÊA, 1995) nessa comunidade, estão relacionadas à *função* sendo indissociáveis nessa análise, ambas as características podem ser inseridas na *estrutura* social, com o propósito de identificar a natureza histórica do espaço e por fim, o *processo* em que os movimentos ocorrem no âmbito de uma estrutura social. É necessário que tais categorias sejam analisadas em conjunto com o objetivo de captar a organização espacial e temporal de uma sociedade, incluindo sua dinâmica nesse espaço.

Milton Santos detalha essa associação entre as categorias a seguir, com o propósito de compreender a organização do espaço:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de

formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 2002, p.153).

A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. Todas as partes de uma totalidade devem ser definidas pelo menos *grosso modo*, ainda que a definição possa torna-se limitante (SANTOS, 2012, p. 68-69, grifos do autor).

Vale salientar que é necessário introduzir a “noção” ao espaço, já que era muito utilizado como “categoria-chave” e sem critérios pelos geógrafos causando indefinição nas análises, Raffestin (1993) assinala que espaço e território não são equivalentes, sendo que um antecede o outro, e que território com “O estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção” (Idem, 1993, p. 143).

Diante dessa premissa de espaço, a territorialidade pode ser concebida a partir da imbricação de múltiplas relações materiais, simbólicas e de poder como discutidos anteriormente, “do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p.79). Noção “híbrida” de espaço geográfico.

O aspecto histórico no contexto desse trabalho é indispensável para apresentar o território e a relação/domínio com o espaço temporal, como narrado em seguida:

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essa relação diferem consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2004, p.78)

Papel específico de acumulação histórica na formação sócio-espacial pode ser considerado como uma das características mais importantes do território, devendo-se ter atenção no caminho periódico de historicidade do grupo social. Nessa perspectiva, esse capítulo apresenta a dinâmica de formação desse processo de construção da territorialidade ribeirinha ao logo do estuário Amazônico e em particular na Ilha das Onças no município de Barcarena-PA, traçando os olhares nas suas particularidades, aspectos socioeconômicos, culturais, representatividade ao longo de sua constituição histórica. Territorialidade construída a partir da relação no espaço social com a natureza e multidimensionalidade do vivido pelos moradores da Comunidade Furo do Nazário.

Os diferentes conflitos de interesses que factualmente deixaram suas marcas e deflagraram tanto os movimentos de resistência, gerados pela insatisfação dos moradores da província, quanto pela atração econômica, caracterizados principalmente pelo extrativismo, moldaram a diversidade populacional das comunidades ribeirinhas. Dessa mobilidade surgiram cidades e centros econômicos importantes na região Amazônica.

Importância do movimento cabano e dos ciclos econômicos na organização das comunidades⁷ ribeirinhas

Com a expulsão dos jesuítas da colônia pelos portugueses e as mudanças de ocupação no território, com a implantação da política de exploração e com uso de mão de obra escrava e indígena, configuradas na assunção de D. José I (1750), coroado rei de Portugal foi nomeado ao cargo de primeiro ministro o Marques de Pombal (GUIMARÃES, 2016). Segundo Guimarães, foram implementadas a Lei do Diretório dos Índios, transferências de bens para a coroa portuguesa, incluindo a população indígena, abolição da administração jesuíta, civilização dos índios, rotinas de trabalho e aportuguesamento das rubricas indígenas, ocasionado diversos focos de revolta e início de resistência entre os portugueses instalados nas colônias, escravos e os indígenas.

Dentre as causa da revolução podemos destacar, segundo Ricci, as atividades econômicas exercidas pela maioria dos portugueses residentes na província, manipulando os preços dos produtos e serviços urbanos e, assim, causando indignação e fomentando ódio entre os nacionalistas, Ricci (2006). A autora concordava com outros autores sobre o mesmo tema que:

[...] o movimento de 1835 se configurava como uma revolta popular armada ou uma guerrilha contra o Estado e seus sectários no Pará. Todo o passado no Grão-Pará transformava-se em exemplo crescente de opressão colonial, de uma infame conquista territorial, econômica e cultural, que teria aliado as camadas populares do

⁷Vários autores apontam como um termo muito utilizado na Amazônia que caracteriza as particularidades das populações ribeirinhas, empregado principalmente pela Igreja Católica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da década de 1960, também como forma de organização e representação das relações de dominação [...] aparecem, assim, na cena política, dotados de capacidade de se fazer ouvir, tanto maior quanto mais conseguem estender a teia de relações que possa apoiar/sustentar/organizar a insatisfação. Desse ponto de vista, a constituição de uma rede sindical ou de outras formas organizativas, o aparecimento das comunidades eclesiais de base e de agentes e organismos da Igreja que se propuseram a “**dar a voz a quem não tem voz**”, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra, de organizações não governamentais que funcionam como entidades de assessoria e apoio, potencializam a presença desses segmentos no cenário político, rompem com o tradicional isolamento e, nessa medida, relativizam o domínio dos proprietários da terra (MEDEIROS, 1996, p. 7 grifos nosso).

poder. O movimento de 1835 ressurgia 150 anos depois como uma luta legítima contra esta hegemonia imperialista [...] (RICCI, 2006, p. 10).

Segundo a autora, o movimento popular simbolizava uma luta pela cidadania dos cabanos, diante do domínio econômico, territorial e cultural pelo imperialismo principalmente português, e que orientou e motivou o surgimento de outros movimentos de resistência, diante das ofensivas imperialistas modernas.

As marcas do movimento foram registradas anteriores ao dia 7 de janeiro de 1835, com uma confusa administração portuguesa, chefiada pelo então governador Félix Clemente Antônio Malcher⁸ – primeiro presidente Cabano, (RICCI, 2006) culminavam com a insatisfação tanto dos revolucionários cabanos, quanto de seus funcionários “mal remunerada e propensa ao motim, uma parte dos funcionários e, mormente, os soldados das tropas de linha se rebelaram” comandados por Francisco Vinagre⁹, que se refugiavam nas vilas e ilhas próximas da província, ocorrendo deslocamento e surgimento de povoados principalmente na ilha do Marajó e médio Amazonas, como relatado a seguir pela autora:

Em cada vila ou aldeia nasciam outros chefes cabanos. Populações inteiras de índios e quilombolas foram chamadas à luta armada em um movimento tão vasto e complexo que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional. Nas fronteiras com os mundos inglês, holandês, hispânico e francês, o antigo Grão-Pará sempre foi alvo de disputas políticas e territoriais. A revolução cabana foi o estopim para contatos e trocas mais intensas de mercadorias (armas e alimentos), mas também de ideias e práticas revolucionárias. **É neste rico mundo que os cabanos criaram seus próprios mecanismos construtores de sua cidadania.** (RICCI, 2006, p.28, grifos nosso).

Diante desse cenário de resistência e luta dos revolucionários cabanos na Amazônia, inicia-se o processo de formação de comunidades caboclas ao longo dos rios e nas matas que ao mesmo tempo, segundo a autora, também se criam hábitos e modos de vida próprios, por meio da produção para autossuficiência e relação intensa com a natureza, “[...] muitos revolucionários se embrenharam nos rios e nas matas da Amazônia, ampliando quilombos ou

⁸ Félix Clemente Malcher não havia nascido em Belém, mas em Monte Alegre, no médio Amazonas. Contudo, ainda jovem, adotou como centro de ação política a rica região do Acará, próxima a Belém, que, simultaneamente, era uma região onde se concentrava a maior parte dos engenhos de cana-de-açúcar e de escravos africanos no Pará. [...] Durante os anos de 1820, por ocasião dos distúrbios da emancipação política no Brasil e no Pará, Malcher revelou-se um arguto líder liberal, galgando posições nas milícias e na política local [...] (RICCI, 2006, p. 17), um dos primeiros revolucionários, ex-presidente, aclamado pelo povo cabano, preso e morto. (Ibidem, p.21).

⁹ Comandante das armas, membro do governo que chefiava as tropas e que sofria constantes intervenções do governador, junto a seus comandados, (RICCI, 2006, p. 16).

criando comunidades mistas de negros, índios e mestiços, exemplos ímpares no Brasil” (RICCI, 2006), continua reforçando a ideia de importância da revolução na composição do território ribeirinho na Amazônia, mudanças na estrutura agrária e o surgimento de latifúndios são registros presentes na Amazônia.

Com os cabanos e com a tomada do poder na província, foi possível identificar vários conflitos internos durante administração entre seus sucessivos presidentes, com destaque para Eduardo Nogueira Angelim e os irmãos Francisco Vinagre e Antônio Vinagre, além do padre considerado mentor do movimento, o cônego João Gonçalves Batista Campos falecido antes de iniciar o conflito.

A cabanagem foi um movimento que influenciou a formação do território ribeirinho não somente na área pesquisada por essa dissertação, mas ao longo do estuário Amazônico que também adentrou a floresta de terra firme, por intermédio das fugas de negros, indígenas e moradores de Belém que abandonavam a cidade, após saquear armazéns e lojas de antigos moradores, partindo pelos rios com suas canoas cheias de mercadorias.

As vilas do médio e Baixo Amazonas também foram atacadas pelos cabanos e consideradas lugares de exílio dos líderes revolucionários inferindo a “penetração e os desdobramentos no conjunto da população escrava, índios e mestiços tomaram parte ativa no movimento” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 70), criando-se vários núcleos de resistência – ao longo do rio Trombetas e Curuá nos séculos XVI e XVII, controlados em sua maioria por negros. Com o movimento principalmente dos negros, como citado pelas autoras:

[...] significou criar elementos articuladores de uma existência social estável, com regras de organização econômica e política que lhes permitiu enfrentar-se como coletividade diferente e até necessária para a sociedade escravista regional, [...] nesse caminhar construíram sua identidade étnica, definida e continuamente recriada, baseada em um conjunto de práticas, de padrões regulares de comportamento transmitidos na socialização, de concepções, de valores étnicos e de princípios comuns que continuam, no presente, na vida dos grupos [...] (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 81).

Foram nessas condições de resistência e fuga, que segundo a autora organizaram-se as comunidades negras na Amazônia, difundidas por seus quilombos, construíram uma identidade territorial com os assentamentos, articulações familiares e culturas, além da ampliação dos saberes sobre a natureza (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Com isso, índios,

negros e mestiços desenvolveram “estratégias de resistência coletiva” na Amazônia (PEREIRA, 2014), o autor destaca também o território integrado durante o período do conflito pelos mocambos, ou seja, ambos criam rede de relações (produtiva, comercial e cultural) com as comunidades ribeirinhas, reconfigurando seus territórios e favorecendo a sua expansão (Idem, 2014, p. 89).

Enfatiza a necessidade de perceber o território, onde, “é impossível compreender a formação territorial das comunidades ribeirinhas sem compreender o longo processo e as diferentes formas de resistência/r-existência dos índios, negros e caboclos ribeirinhos” (PEREIRA, 2014, p. 82).

É possível também identificar que foi uma população formada por imigrantes como mencionado historicamente, em diversos momentos econômicos, principalmente durante a fase áurea da borracha e o seu declínio ou com a fuga de nordestinos nos períodos de longas secas, além dos estrangeiros que também foram atraídos por meios da obtenção de terras, imigrantes que foram forçados a se adequar às condições da natureza, seus regimes e modos de vida do caboclo/ribeirinho da Amazônia comparados aos seringueiros e castanheiros, pois se utilizando do extrativismo, agricultura e pesca durante o ciclo sazonal (DIEGUES, et. al. 2000), “Esses caboclos são extrativistas e agricultores, que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, frequentemente, em períodos de maior demanda de força de trabalho lançam mão da troca de dias entre vizinhos” (DIEGUES, et. al. 2000, p. 51). Reforçando o interesse pelo estudo desses grupos relata o seguinte:

O grande número de trabalhos sobre conhecimento dos caboclos/ribeirinhos amazônicos reflete o interesse crescente por esses grupos sociais, em grande parte em função da sua maior visibilidade social em nível nacional e mesmo internacional recente, resultado de suas lutas na defesa de seu território e modo de vida ameaçados pela expansão da grande propriedade agropecuária e dos grandes projetos na região. Além disso, muitas organizações sociais ambientalistas e de pesquisa passaram a reconhecer a importância desses grupos sociais na proteção da floresta amazônica, o que motivou o aparecimento de vários estudos sobre eles. (DIEGUES, 2000, p.74).

Não somente a dinâmica econômica entre esses grupos, mas também seus modos de vida, conectados aos saberes sobre a mata, aos rios e culturais contribuíram com o avanço dos estudos sobre as comunidades ribeirinhas, além da fase econômica da borracha (1926 – 1964), concorriam também com essa economia a lenha, a cana, castanha e a pesca (COUTINHO, 2016), como fonte de renda e base material para a reprodução social do grupo.

Com o surgimento dos ciclos econômicos na Amazônia, amplia-se a expansão do comércio de trocas já existente desde o período pré-colonial, por meio do sistema de aviamento, financiado por exportadores estrangeiros e localizado ao longo das vias fluviais (GOMES, 2012), criando pontos comerciais e pequenos povoamento movimentados pela exploração do trabalho extrativista, em condições penosas e degradantes nos seringais que necessitavam de produtos básicos e utensílios que auxiliavam na produção.

Foi diante desse contexto que pudemos compreender o processo de formação das áreas de povoamento das comunidades ribeirinhas na Amazônia, o nativismo simbolizado nos conflitos e como elemento fundamental do discurso, à medida que reforçou o sentido de construção da identidade regional, o desenvolvimento de atividades agrícolas, extrativistas e pesqueiras também foram fatores que contribuíram na territorialização das comunidades.

Analisando os documentos e fatos históricos procuramos compreender como se desenvolveu a construção desses espaços e a constituição sociocultural dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento da dissertação, portanto, não é objetivo - intuito deste trabalho realizar um aprofundamento histórico nos principais movimentos, revoltas ou resistências que surgiram durante o período colonial, econômico ou ocupação do vazio demográfico promovido pelo governos e sim revelar a importância das articulações espaço-temporais para o surgimento do caboclo-ribeirinho à beira dos rios, e sua entrada na floresta em decorrência das lutas, fugas e antagonismo impostas na província do Grão-Pará.

Cabe ressaltar, segundo Pereira, que as marcas: “históricas de sua formação territorial encontram-se inscritas nos corpos, na linguagem, na toponímia, nas narrativas populares, nas práticas, nas relações, nos hábitos e costumes das populações ribeirinhas, ou seja, nas diversas formas de sociabilidades, usos e significados dos lugares” (PEREIRA, 2016, p. 39), também indicam registros de identidade das comunidades ribeirinhas, que podem usar o conceito comum a todas, mas que possuem diferentes particularidades durante o percurso dos rios.

Configuração territorial que segundo o autor, foi constituído por meio do processo colonial, integração dos indígenas, missões religiosas e, como já mencionado anteriormente, fuga dos negros e resistência às condições de submissão impostas pela coroa portuguesa.

A Ilha das Onças pertencente ao município de Barcarena, também foi rota importante de fuga e refúgio de cabanos e suas lideranças durante os conflitos, além de fatos marcantes ocorridos que puderam ser considerados estímulos ao início da revolta, reafirmando a configuração territorial ribeirinha no Baixo Tocantins.

A Ilha no contexto histórico do município de Barcarena-PA

A história do município de Barcarena pode ser compreendida em torno dos povoados que emergem, através dos engenhos de produção, com destaque para o engenho Mojuquara e uma ocupação populacional instituída por índios, com produção diversificada de produtos em locais e períodos distintos, dando início a ocupação e expansão territorial, conforme destaca Conceição, Guimarães, 1999:

A história oficial do Município diz que as terras do que é hoje Barcarena foi habitada pelos índios denominados “TAPUIOS ARUANS”. Porém, seu processo de colonização está ligado ao extinto povoado que surgiu no entorno do Engenho Mojuquara, fundado pela Companhia de Jesus, no Igarapé de mesmo nome. É fato que os jesuítas, na época do Brasil colônia, uma vez instalados, em pouco tempo, se destacavam como grandes exportadores. Cultivavam cana-de-açúcar, café e algodão, tornavam-se proprietários de fábrica de açúcar e aguardente, oficinas de carpintaria, olarias e outros serviços básicos. Desta forma, é provável que o Engenho de Mojuquara tenha sido, de fato, a primeira área de colonização em terras do município.

Nas análises de Conceição (1999) e Guimarães (1999), o povoado fundado pelas missões religiosas, foi considerado como uma das primeiras aldeias da Companhia no Grão-Pará, doação do governador Inácio do Rego Barreto em 1653, onde foram estabelecidos ainda uma capela e um colégio.

Os primeiros habitantes foram os índios Aruans, os mesmos que, durante a colônia, foram catequizados pelos padres jesuítas, por meio das missões religiosas, representados pela missão do Gibirié¹⁰ e missão dos Mortigura dentre outros índios que ocupavam a região. Com a expulsão dos jesuítas, a coroa portuguesa renomeou as missões religiosas, conforme o quadro 1:

¹⁰Sobre a Missão de Gibirié, Conceição, Guimarães (1999), afirmam que foi uma doação feita, antes de 1709, por Francisco Rodrigues Pimenta, ao Colégio do Pará. Constava do inventário, uma propriedade com três léguas de terra, com dois cacoads e duas roças grandes. Havia nela serralharia, serraria, dois teares, casa de canoas, pequena residência e igreja que media 55 para 60 palmos de comprimento e 25 palmos de largura, tendo como orago São Francisco Xavier.

Quadro 1 - Percurso histórico da formação dos territórios no município de Barcarena

ALDEIA INDÍGENA (antes de 1653)	MISSÕES RELIGIOSAS (1653 – 1709)	DESIGNAÇÃO PORTUGUESA (a partir de 1758)
Samaúma	São Miguel de Samaúma	Vila de Beja
Mortiguara	São João Batista de Mortigura	Vila do Conde
Gibiríé	São Francisco Xavier de Gibiríé	Barcarena ¹¹

Fonte: Guimarães, 1999 – adaptado.

Formado pela junção de vilas, povoados, sítios e cidades ao longo de mais de trezentos anos, inicialmente é possível identificar cinco regiões nessa construção, primeiramente as vilas fundadoras, Vila do Conde – 1653 e a Vila de São Francisco de Xavier – 1709 que ainda possuem traços estruturais das vilas coloniais portuguesas, o povoado foi elevado, em 1758, à categoria de freguesia, sob a invocação de São Francisco Xavier de Barcarena (GUIMARÃES, 1999).

Em um segundo momento juntou-se a cidade o distrito de Aicaraú, extensa área ocupada por engenhos e atividades agrícolas, que agrega vários espaços chamados na época de: São Luiz, Cafezal, Cabresto, São Felipe, dentre outros, incluída ao município em 1943, ano de sua criação, nesse mesmo período, foi anexado ao território a Ilha das Onças, que era formada pelas Ilhas de Trambioca e Arapiranga.

Com a mudança de administração, e interesses econômicos em torno da posição estratégica do rio Mucuruça, surge a quarta parte de formação do município, representado na construção em 1962 do prédio da Prefeitura da Cidade.

Com a nova organização político-administrativa implantada pela Coroa Portuguesa, e representada pela figura do Ministro Marquês de Pombal, Barcarena torna-se freguesia do município de Belém até 1943, quando é emancipada através do Decreto Lei 4.505, de 30 de

¹¹Segundo os autores, a origem do nome do município é atribuída a uma Freguesia, localizada nas proximidades de Lisboa em Portugal, com cerca de 10 km², por muito tempo região considerada importante devido à produção de pólvora, utilizada nas conquistas portuguesas na Ásia, África e América. Sob influência árabe, de acordo com o dicionário “vestígios da Língua árabe em Portugal” de 1830, escrito pelo frei João de Souza com o seguinte significado: Barr. (terra ou campo), Carra (habitar) e na (nós) – “terra de nossa habitação” (GUIMARÃES, CONCEIÇÃO, 1999)

dezembro de 1943, durante esse período, surgiram e desenvolveram novos espaços e povoações como as ilhas das Onças, Trambíoca e Arapiranga dentre outros territórios.

A partir de 1980 com o surgimento dos grandes empreendimentos financiados pelos incentivos fiscais, o município experimenta um novo ciclo de mudança, com criação de novos espaços urbanizados, com o propósito de atender as demandas de tais empreendimentos que motivaram um aumento considerável na população local (CONCEIÇÃO, GUIMARÃES, 1999).

A economia barcarenense ficou por muito tempo impulsionada pelo extrativismo, agricultura, pesca artesanal e na lavoura, conforme mencionado por Nahum:

No terreno os colonos, a maioria de origem cabocla, nascida e criada no lugar, cuidavam de árvores frutíferas, desenvolviam a agricultura rudimentar de macaxeira e mandioca e, em função deste produto, erguiam a casa de farinha e escavavam o poço de água. A exploração tanto dos rios como das matas possuía caráter coletivo e não havia cercado que os delimitasse, pois as redes de solidariedade permitiam aos colonos conhecer onde começava um sítio e terminava o outro. Da mandioca, além do fabrico de farinhas, eles obtinham o tucupi e a tapioca, todos integrando a sua dieta alimentar. Complementando o sustento familiar coletavam frutas, caçavam animais silvestres, pescavam e criavam galinhas e porcos. (NAHUM, 2008, p.70)

Nahum continua com sua análise com a forma de organização que era exercida pelo trabalho nas comunidades, como relata:

Era incomum a utilização de tecnologia moderna; onde havia, resumia-se ao consumo de energia elétrica. Daí a ocupação do trabalho de todos da família - homens, mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças - empregavam seus dias na obtenção de produtos para seu sustento. O trabalho adquiria um sentido profundamente socializador, por meio dele os mais novos cresciam e eram educados, no e para o trabalho. [...] A sociabilidade do trabalho organiza mutirões, em que várias famílias associavam-se para executar tarefas como roça, fabrico de carvão, construção de casas, pontes e trapiches, e na limpeza de igarapés (IDEM, 2008, p. 70).

Com a chegada dos grandes empreendimentos na região, a relação dos habitantes com seus territórios, sofreram severas transformações, principalmente com a instalação das indústrias de mineração Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), ambas ligadas à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A

desterritorialização e a expropriação do colono, segundo Nahum, foram elementos cruciais para redução significativa da unidade familiar de produção e seus laços sociais.

Atualmente o município de Barcarena está localizado na mesorregião metropolitana de Belém, com uma área de 1.310,338 km², distante 25 km em linha reta da cidade de Belém, com uma população estimada de 129.333 pessoas que corresponde a 76,21 hab/km² (IBGE, 2021).

Limita-se ao Norte com a Baía de Marajó; ao Sul com o Município de Mojú; a Leste com o Município de Belém e a Oeste com o Município de Abaetetuba (MPEG, 2002), com a invasão das transnacionais se destaca economicamente em função do polo industrial no setor de Alumínio, Caulim e Siderurgia, seguido das atividades agrícola, extrativista e turística que continuam incentivando a migração e ampliando a diversidade populacional no território Amazônico.

Marcas de formação do território ribeirinho na Ilha das Onças

Antes de discutir as particularidades enraizadas nas comunidades ribeirinhas da Amazônia é necessário descrever a formação dessa população por intermédio da sua história, suas crenças e saberes que compõem o território ribeirinho. Explicar as principais definições que estão envolvidas nesta formação e que podem contribuir com as reflexões desta dissertação, são essenciais para ampliar e dar visibilidade a essas populações.

Na formação das comunidades ribeirinhas podemos destacar as marcas registradas por Pereira na constituição dos territórios “marcas históricas de sua formação territorial encontram-se inscritas nos corpos, na linguagem, na toponímia, nas narrativas populares, nas práticas, nas relações, nos hábitos e costumes das populações ribeirinhas” (PEREIRA, 2014, p. 39), que foram efetivadas a partir dos diversos momentos econômicos e políticos apresentados ao longo de um (des) envolvimento na Amazônia, daqueles que pertencem ao lugar, ou seja, vinham de fora a decisão sobre o seu destino e que seguia o padrão de organização rio-várzea-floresta até a década de 1960, (GONÇALVES, 2010, p. 80). Além desses fatores, Carlos Walter, ainda realça que a expansão populacional na Amazônia foi motivada com a busca na floresta por especiarias (drogas do sertão), com o propósito de abastecimento do mercado europeu, dando origem aos aldeamentos e vilas.

Assim a intensa exploração e dominação do colonizador português no território Amazônico, utilização da força de trabalho indígena, caracterizados pela

expropriação/destruição dos espaços, ocorrendo extermínio dos indígenas resistentes (PEREIRA, 2014), foram indicativos de composição dos grupos ribeirinhos e assumindo características sociais e territoriais diversificadas.

A resistências desses grupos também foram significativas na formação territorial como destaca Pereira, 2014:

A sociedade colonial se constitui de uma diversidade de agentes (colonos portugueses, migrantes de outras nacionalidades, escravos negros e seus descendentes, caboclos) que se espalharam pelas margens dos rios da Amazônia constituindo diferentes territorialidades. As políticas territoriais da Coroa portuguesa e dos agentes do poder colonial que se impuseram sobre os indígenas e negros africanos, sobre os mestiços e portugueses pobres gerou uma série de resistências individuais e coletivas durante todo o período colonial. Por isso, é impossível compreender a formação territorial das comunidades ribeirinhas sem compreender o longo processo e as diferentes formas de resistência/r-existência dos índios, negros e caboclos ribeirinhos no Vale do Tocantins (PEREIRA, 2014, p. 83).

As disputas de afirmação no território amazônico pelas potências europeias obrigam os indígenas sua submissão e destribalização pelos missionários, já que os custos com a “importação de mão de obra negra para ser escravizada exigia montantes de capital que estivessem de acordo com as expectativas de custos elevados” (GONÇALVES, 2010, p.81), o autor afirma ainda a importância de catequização dos indígenas para consolidação do domínio colonial.

Com o conflito interno na coroa portuguesa e as mudanças implantadas pela política do Marquês de Pombal, a economia mercantil introduz o trabalho escravo a partir de 1756, justificado pelas alternativas econômicas como agricultura, pecuária, extrativismo e pesca agregando dinheiro e escravidão nessa nova fase, com essa dinâmica de mercado surge, uma figura que contribui consideravelmente com ocupação territorial, como menciona Carlos Walter:

Em face as grandes distâncias a serem percorridas e dos volumes relativamente pequenos que eram comercializados, uma figura se fará presença marcante na vida regional Amazônica: o regatão. É ele que estabelece a ligação entre as populações dispersas ao longo das calhas dos rios e as pequenas vilas e povoados através do escambo ou de um sistema *sui generis* de crédito que é o aviamento. A ele se deve também a expansão do domínio territorial português aos mais longínquos rincões da Amazônia (GONÇALVES, 2010, p.82).

O sistema colaborou com a elevação de Belém a capital da província, segundo o autor, e ampliava a expansão territorial ao longo das várzeas na Amazônia, são registros de ocupação antes da expansão da extração do látex.

As diversas fases de ocupação portuguesa e resistência das comunidades indígenas, negros e mestiços, que constituíram interesses comuns entre os revoltosos e acabou deflagrando com um dos mais importantes conflitos de oposição ao projeto de exploração colonial, a Cabanagem, conflito que demarca os territórios e caracteriza o processo de formação das comunidades ribeirinha, destacado por Pereira, “As comunidades ribeirinhas, no seu processo de formação, não somente herdam e transformam os traços significativos da cultura indígena, como também herdam e dão continuidade, de outro modo e por outros meios” (PEREIRA, 2014).

Conforme destaca o autor são combinações de características diferentes entre índio e negros, quilombolas envolvidos nas lutas de resistência e dominação colonial, como principais fatores de formação territorial das comunidades ribeirinhas.

Os engenhos¹² e engenhocas são registros de ocupação em diversas áreas do estuário Amazônico, movidos com a energia da maré, há informações históricas pesquisadas que por volta de 1790, ocupavam centenas de áreas no atual município, com “vestígios de obras hidráulicas (barragens, canis e comportas)” (MPEG, 2002, p.164). Na Ilha das Onças as marcas dessa ocupação são os engenhos de Boa Vista e Engenho Velho, dentre outros, conforme detalha Conceição e Guimarães (1999):

No município também existem outros locais de interesse histórico como a Olaria Landi, que estava localizada na Ilha das Onças, e que “possuía maquinário importado e uma linha férrea de mais de 1.500m de extensão” utilizados na produção de telhas, tijolos e outras cerâmicas utilizadas nas grandes construções na capital e no próprio município, como na construção do Casarão da Fazenda Cafezal. Hoje ainda é possível ver os restos das velhas máquinas importadas da Itália, abandonadas, que eram utilizados para mover a grande produção ceramista naquela olaria. Todos esses elementos nos comprovam o destaque de Barcarena no contexto do desenvolvimento econômico do Estado do Pará nos fins século XIX.

¹²Unidade de produção de açúcar no Brasil colonial que compreendia as terras cultivadas, instalações voltadas para produção de açúcar e moradias (CONCEIÇÃO, GUMARÃES, 1999).

Nessas marcas também foi possível identificar as ruínas da Usina vitória que serviu de entreposto durante a fase áurea da borracha na região (1879 e 1912), desempenhando uma função econômica estratégica e privilegiada na Ilha, com a chegada de trabalhadores, oriundos principalmente da região nordeste do país.

Outro aspecto considerável é marcado com a dinâmica dos conflitos e a necessidade de constantes fugas dos moradores da província do Grão Pará, de lideranças dos movimentos insurgentes, escravos e indígenas, a partir da expulsão dos missionários jesuítas, desencadeados pelas mudanças administrativas instituída pela Política Pombalina (1755) na província, as regiões do estuário Amazônico, tornaram-se as principais rotas de refugio desses grupos, dentre elas a Ilha das Onças no município Barcarena localizada nas proximidades de Belém (MPEG, 2002).

No município também existem outros locais de interesse histórico como a Olaria Landi, que estava localizada na Ilha das Onças, e que “possuía maquinário importado e uma linha férrea de mais de 1.500m de extensão” (MPEG, 2002, p.165) utilizados na produção de telhas, tijolos e outras cerâmicas utilizadas nas grandes construções na capital e no próprio município, como na construção do Casarão da Fazenda Cafezal. Hoje ainda é possível ver os restos das velhas máquinas importadas da Itália, abandonadas. Estas eram utilizadas para mover a grande produção ceramista naquela olaria.

Todos esses elementos nos comprovam o destaque de Barcarena no contexto do desenvolvimento econômico do Estado do Pará nos fins século XIX.

Territorialidade da Ilha das Onças

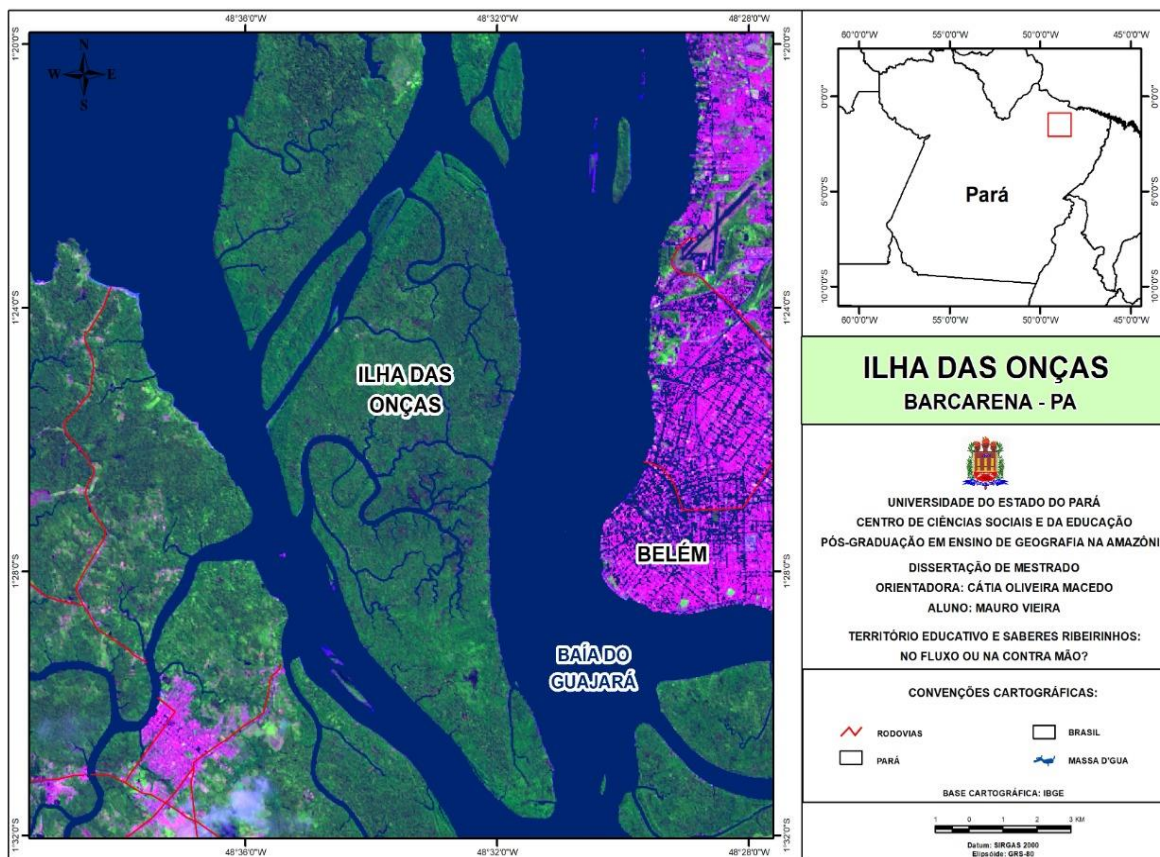
Pertencente ao Município de Barcarena no Pará, a Ilha das Onças¹³ possui importância relevante na região insular por localizar-se nas proximidades de Belém. Do trapiche do Ver-o-Peso até o Furo do Nazário na Ilha, são cerca de 5 km de distância e um período de trinta minutos de barco. Em dimensão territorial com 96 km² é a terceira maior ilha da região (NEU, et al., 2016, p. 18).

A Ilha é cortada por vários rios e canais possibilitando o contato com as demais comunidades ribeirinhas, acesso de visitantes e principalmente circulação de embarcações

¹³A Ilha das Onças integra o território de Barcarena, ocupa toda a margem esquerda do rio Pará, em frente à Belém, nas coordenadas S 1° 26' 21.26”S e 0 48° 32'29,52”. Sofre influência diária do regime de maré, dada sua proximidade da região costeira.

pesqueira, de transporte de pessoas e de produtos que são comercializados na capital. Dentre os principais furos estão o Furo Grande e Furo do Nazário que ligam o Rio Piramanha à Baía do Guajará e se destacam por cortar a ilha.

Mapas 1 - Ilha das Onças – Município de Barcarena / PA



Elaboração: Santos; Batista 2022.

O mapa 1, mostra a imediação da Ilha das Onças com a cidade de Belém e o Município de Barcarena, que são conectados pelos furos, caminhos que são percorridos principalmente por canoas, barcos e rabetas. Por ocasião do escoamento de produtos da Ilha, a baía do Guajará possui movimentação intensa de travessia que tem um tempo médio de vinte a trinta minutos, dependendo das condições do tempo. A Sr^a. Maria da conceição nos revela como era o fluxo há alguns anos atrás pela baía,

“[...] pega e leva pra vender lá, daqui mesmo, sair daqui de madrugada, antigamente a gente ia a remo pra lá, levava o açaí de remo ia remando pra caramba, hoje me dia não tá tudo fácil pra gente, motorzinho, a gente dorme até de manhã, que tá caro agora é a passagem, que tu paga dez reais pra atravessa, vai de voadeira, pra vir pra cá tem que pedir pra para na escola e vem pra cá.” (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sr^a Maria da Conceição, Comunidade Furo do Nazário).

Segundo o depoimento da entrevistada, no passado, nos anos 90 a travessia para Belém com mercadorias deveria ser realizada muito cedo de madrugada e por meio de canoa movimentada a remo, exigindo esforço e rigor físico dos ribeirinhos, travessia que só foi melhorada com a motorização das embarcações, mas que ao mesmo tempo, tornou-se financeiramente caro.

Localizada à margem oeste (esquerda) da Baía do Guajará, no estuário dos rios Pará e Tocantins, drenada pelos rios Guamá, Mojú, Acará e Capim (GREGÓRIO; MENDES, 2009), a Ilha das Onças pode ser percebida a partir de Belém, além das Ilhas Jararaca, Mirim, Paquetá-Açu e Jutuba (NEU, et al., 2016, p. 18).

A Formação florestal da Ilha é justificada pela principal atividade de autossuficiência econômica dos ribeirinhos, o açaí e seu manejo local contribuem com a paisagem e caracteriza a vegetação do tipo mata de várzea. Outras espécies também compõem a formação da ilha como a andiroba, seringueira, cacau e o predomínio nas margens da ilha e furos da aninga, espécie com característica fundamental para o equilíbrio ecológico na região, devido a sua capacidade de contenção das encostas e proteção dos barrancos¹⁴ do processo erosivo, causando principalmente pelo banzeiro¹⁵ causado pelo fluxo de embarcações na baía do Guajará e demais acessos da ilha.

A Ilha foi reconhecida na modalidade Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), através da portaria do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA)/SR(01)/Ato de Criação nº 38 de 28/11/2005, PAE Ilha das Onças, visando beneficiar 822 famílias com a obtenção de terras, aporte de recursos, Infraestrutura básica e titulação (Concessão de uso da terra), sendo seus beneficiários provenientes de comunidades agroextrativistas. Segundo o relatório 0227 de dezembro de 2020, 821 famílias foram assentadas numa área total de 8.072,65 ha, (INCRA, 2020), além do reconhecimento dessa população formada a beira dos rios e várzeas da Amazônia, através da aprovação do II Plano nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que dentre suas principais metas “prevê a elaboração e implementação de políticas públicas, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e

14 Também conhecido como terraços fluviais, os barrancos são as margens dos rios que podem sofrer erosão de ações decorrentes do regime de mares e o deslocamento da água causado pelo fluxo de embarcações movidas por motores (CAMPOS MAGALHÃES, 2011).

15 Movimento da água causado pelo deslocamento de embarcações movidas por motores e que alcançam a margem causando erosão dos barrancos.

dirigidas à promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas” (BRASIL, 2005, II PNRA, p. 31).

Mesmo com o aporte jurídico de melhoria da qualidade de vida dessas populações e dinâmica no campo brasileiro, com garantia do crédito agrícola, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, políticas de comercialização e de agroindustrialização dos produtos da Ilha, recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade racial e de gênero, houve poucos avanços na implantação de tais políticas, e o caboclo/ribeirinho continua à margem da sociedade, sobrevivendo de sua produção e comercializando seus excedentes nos municípios vizinhos.

O Furo do Nazário possui movimentação intensa de barcos, canoas e rabetas devido sua aproximação do principal mercado de Belém, a feira do Ver-o-peso, que atrai os ribeirinhos e sua produção visando complementar sua renda. Com o aumento da demanda do fruto do açaí em níveis locais e para além da fronteira Amazônica, alcançando o mercado internacional o manejo na Ilha tornou-se uma das principais atividades econômicas na região.

O açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*), vem sendo utilizado pela população Amazônica, desde a época pré-colombiana, sendo o fruto e o palmito componentes indispensáveis na alimentação das comunidades ribeirinhas (EMBRAPA, 2002). As constantes chuvas e sua distribuição ao longo do ano contribuem para o cultivo da espécie nas regiões de várzea da região Amazônica. Os açaizeiros localizados no entorno da Ilha, à margem dos rios exigem dos moradores uma maior habilidade na extração do fruto, devido sua inclinação causada pelo terreno alagado, diferentemente da extração em terra firme ou na mata.

A partir do segundo semestre com a diminuição das chuvas e o período de safra do fruto, há um aumento na demanda do produto, proporcionando renda com sua comercialização e temporada de segurança alimentar para as comunidades ribeirinhas.

Para os moradores do Furo, a valorização do fruto no mercado nacional e internacional foi fundamental para garantir uma maior renda nos períodos de safra, e evitar o desperdício do açaí, conforme relato do Sr. Jair:

“Umás 07:00 eu sai pra mata, é pra beber mesmo (sobre o açaí), quando é pra vender demora chego 11 horas, meio dia, o menino que embarca aqui, o rapaz lá do Piramanha, ele não compra, ele leva pra vender e tira a comissão dele. Mas também se não fosse essa exportação, tava muito barato, tava muito barato o açaí, não tinha pra quem vender, é demais bom tá com o preço alto, pessoal reclamava na televisão que tava muito caro o açaí, sabe quanto dava um paneiro, esse ano baixou,mas não foi muito não, pra lá que nós fechamos uma lata e meia era 70, 80, porque não

vendemos só pra essa feira, tem a feira da conceição, do porto da palha, do Jacaré, tem ali pra Icoaraci, tudo é porto de desembarca açai, feira feira é grande dá muito (referindo-se ao Ver-o-peso) vai daqui pra Outeiro, o açai daqui é bom (açai da Ilha das Onças) açai não vem só daqui, Marajó, Cametá, Mojú, Macapá – Nossa safra começa em Fevereiro é na época que tá caro o açai, duas safras que dá, imenda até agora, tem parte que começa mais tarde sabe, essa frente aqui todinha só dá mais assim no inverno (plantação de açai no entorno da Ilha) pro verão a safra é fraca, agora aí pra dentro a safra é forte pro verão, tem muita ilha aí pra dentro, quando a gente tem aqui eles não tem nem pra beber aí pra dentro” (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sr. Jair da boca do Furo, Comunidade do Furo do Nazário).

No relato do Sr. Jair é explícito seu conhecimento sobre os saberes da floresta e a importância do manejo do açai, além de sua dimensão econômica no contexto da Ilha, que fica condicionada de acordo com sua necessidade, ou seja, seu tempo de permanência na mata para extração do fruto para consumo num período menor e maior para fins de comercialização. No seu caso, o excedente de produção é comercializado nas feiras, por um barqueiro da comunidade do Piramanha que desce o Furo recolhendo o açai e no retorno à Ilha, repassa os rendimentos.

Para seu “Jair da boca do furo” e demais moradores da comunidade, o açai da ilha¹⁶ é o melhor da região, o que é corroborado por comerciantes das feiras em que o produto é negociado, na feira do açai, e no trapiche da orla do Cruzeiro em Icoaraci, ou em alguns casos em que a mercadoria é entregue a domicílio pelo marreteiro, caracterizando o “contrato fechado” como é conhecido esse tipo de negociação.

No retorno da Ilha para Belém, conversando com o barqueiro Sr. Wlad, com quem constantemente realizava esse trajeto de idas e vindas, acabei por conhecer o agente de portaria da Escola Laurival Cunha, Sr. Elton Tavares, que além de prestar serviço como funcionário público municipal, no período da tarde, desenvolve uma segunda atividade, pela manhã, que por muita coincidência, trata-se da comercialização do açai em seu comércio, há pelo menos 32 anos, localizado no bairro do Barreiro, periferia de Belém, ofício herdado de seus pais, que segundo ele, contribuía e contribui consideravelmente com a renda da família.

No seu discurso é notório o conhecimento sobre o fruto e a reprodução dos saberes herdado de seus pais, com o manuseio em sua residência, detalha que antes comprava açai na feira do açai, no Ver-o-peso e que atualmente o produto é entregue em seu comércio pelos

¹⁶ Ainda segundo os relatos do senhor Jair da boca do furo, outro aspecto que envolve a qualidade do açai da Ilha está relacionado diretamente ao solo, já que o açai de “valgea” ou seja, várzea, açai do alagado é de melhor qualidade, diferentemente do açai de terra firme, “terra seca”.

ribeirinhos, ou seja, o marreteiro/atravessador da Ilha das Onças, a partir dos anos 2000 e devido à quantidade de rasas que compra, passou a comercializar o açaí da Ilha. A rasa menor,

“[...] ela tem uma significância de um lata, é preciso saber a qualidade do açaí que estas falando, do grosso do popular, entendeu, se for do popular, do que eu vendo aqui, da algo em torno de oito a nove litros, entendeu, agora se for do grosso, isso aí, já cai pela metade, entendeu, seu tipo quatro litros somente, uma rasa dessa daí, pode me oferecer, e também tem as variações de qualidade de açaí as chamadas pontas, as pontas boas dão açaís muito bons as pontas ruins já nem tanto[...]”(Entrevista realizada em junho 2022, Sr. Elton Tavares, Bairro do Barreiro)

Continua o Sr. Elton Tavares e justifica a seguir com bastante propriedade a preferência pelo açaí da Ilha das Onças:

“[...] e falar do açaí da Ilha é uma particularidade muito grande, um assunto muito vasto, já tenho uma experiência de trinta e dois anos nessa área batendo açaí, lá no começo a gente ia pra feira do açaí, comprava o açaí da região de Ponta de pedras na região do Marajó, Abaetetuba, Cameté entre outros e cada açaí tem uma particularidade, mas o açaí da Ilha tem algo amais, visto que ele tem uma dinâmica de desde a sua apanhação da sua colheita no caso até a chegada na minha residência, porque antes eu ia na feira do açaí, hoje o açaí chega até a minha residência, isso por volta de nove, dez horas da manhã e tudo começa muito cedo na Ilha das Onças, por volta de cinco e meia, seis da manhã, o ribeirinho já vai fazer a colheita desse açaí, apanha, coloca nas rasas e atravessa pra cá, pra minha residência, ou seja, é toda uma dinâmica onde o açaí é apanhado cedo e é só o tempo te atravessar, o tempo de atravessia é algo em torno de vinte a vinte e cinco minutos no máximo, dependendo da embarcação, porém o que tá em jogo em muito dessa dinâmica desse açaí, é que você pode bater esse açaí aí, a gente também não vai entrar em conflito em relação a outras regiões que produzem açaí no estado, não a o objetivo aqui é não conflitar e sim agregar, mas o açaí da Ilha, é um açaí que você pode bater o dia todo e é um açaí que muito difícil dele “azedar”, tem todo um processo de higienização e outras coisas mais, mais o açaí da Ilha ele tem esse diferencial em relação a outros açaís de outras regiões, não sei explicar bem o porque, não sei se é uma questão de transporte, não sei se é uma questão de tempo de venda, porque volto a enfatizar, que o açaí da Ilha é só o tempo de apanhar e atravessar.

Outra coisa que ia esquecendo de falar, é que muito, muito, muito antes de se falar em higienização de açaí e no tal branqueamento do açaí do qual são as técnicas de uso da água sanitária, é lavagem e choque térmico, o açaí da Ilha ele não amolece em água fria, somente em água morna, diferentemente do açaí de outras regiões que somente a água fria ele já amolece tranquilamente” (Entrevista realizada em junho 2022, Sr. Elton Tavares, Bairro do Barreiro).

Segundo a experiência do vendedor a proximidade de Belém, garante um açaí de melhor qualidade, devido a um menor tempo de exposição ou viagem. Os entrevistados citaram também as características do fruto de uma região para outra, enfatizando a dinâmica desde a colheita até a chegada em sua casa para comercialização. Além disso, destaca a

importância do tempo entre a colheita e a manipulação, preparo do suco deixando bem claro sobre a importância da rapidez no tempo de manipulação do fruto utilizando a seguinte ordem: extração/coleta – transporte – consumo. Tais procedimentos segundo o vendedor garante um produto com maior durabilidade e que não “azedado” com facilidade. A preferência pelo açaí da Ilha das Onças, ainda assim, continua mantendo o caboclo ribeirinho nas condições de sujeito submetido às demandas do mercado e desconsiderando monetariamente o seu trabalho.

As rasas são os recipientes ou paneiros utilizados para comercialização do açaí pelos ribeirinhos, a rasa maior comporta até mais de duas latas de açaí, enquanto a menor cabe apenas uma lata, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Entrega de açaí na residência do Sr. Elton para comercialização



Fonte: Santos, 2022 - Trabalho de Campo.

Na figura 2, revela a fabricação e comercialização de açaí, batido na máquina pelo Sr. Elton Tavares, e os consumidores aguardando pelo produto que é vendido o litro por R\$ 14,00 o popular e R\$ 18,00 o grosso, durante o período de permanência no local a venda do açaí popular foi mais comum, além do açaí, é comercializado outros produtos como água, bebidas e demais alimentos.

Figura 2 - Consumidores aguardando a batida do fruto na máquina.



Fonte: Santos, 2022 - Trabalho de Campo.

Outro personagem que integra essa dinâmica de comercialização do fruto é o Sr. Orlando do Rosário, conhecido como Nando, que tece uma narrativa interessante sobre seu cotidiano de comercialização do açaí, iniciado com seu pai o Sr. Dico, protagonizou a entrega a domicílio no final dos anos 99 e início dos anos 2000, vindo a falecer no ano de 2003, seu filho Nando que já o acompanhava com as entregas e conhecia muito bem seu roteiro e rotina, assume o trabalho e a comercialização do fruto, narrado a seguir seu cotidiano valida a dinâmica desse recente circuito:

“Olha, nosso trabalho a gente sai as seis horas e chega nove horas do mato, se apronta e hora e meia, vinte minuto nós tamo aqui, faço com (referindo-se a colheita do fruto) somente eu e a minha esposa, a seleção do presta e que não presta (fruto) é ela quem faz, depois coloca nas rasas e atravessa, vinte minuto, até chegar aqui da mata, tem a questão da maré e o tempo de chuva pra entrega, depende do freguês as vez, apanho o açaí de tardinha, conforme o pedido do freguês, entendeu, por que, se pedir o açaí pras nove hora, tenho que tá aqui, oito e meia, não tem possibilidade de acordar tão cedo, três hora e chega cinco e meia do mato e deixa pra de manha só atravessar, açaí, melhor que tem da qualidade o meu, porque é quase na merma hora que o cara vem pra cá pra bater, entendeu, porque é um produto que não chega muito dormido, entendeu? Não é muitas horas de travessia também, qualidade do produto, porque não é um açaí de chegar...porque tem gente que apanha de manha pá vim no doto dia, isso aí....acaba com a produção do açaí, fica ruim, cá, porque tu começa de apanhar nove horas, pra ti vim chegar aqui sete horas da manha o açaí, já caiu a produção dele, é a melhor qualidade do açaí do senho traze doto dia do açaí tem que apanha de três hora que o açaí não cai da qualidade doto dia, no mesmo dia

fica melho ainda, mesmo dia, mas pureza, mais gostoso, entendeu, não perde a o gosto dele” (Entrevista realizada em junho 2022, Sr. Nando, Bairro Barreiro).

Seu Nando, segundo entrevista, possui muitos clientes em Belém, e vem aumentando anualmente, a comodidade de entrega da mercadoria em domicílio, revela uma nova rota, um novo circuito de comercialização do fruto, principalmente para os vendedores, o trabalho é ampliado de acordo com a demanda da cidade, diante da dinâmica exposta pelo Sr. Nando, surge a seguinte questão: Qual a vantagem de entregar o açaí a domicílio e no barreiro? O Sr. Elton, respondeu o seguinte:

“Esse comércio de açaí aqui na área do Barreiro é muito cômodo pra eles, porque? Porque assim, já existe uma venda pronta, entendeu, há o fulano que três latas, o Elton quer quatro rasas, então são vendas certas, são os chamados contratos, entendeu, há o fulano contratou comigo tanto, na segunda e na terça, sicrano vem na quinta e na sexta, eu por exemplo eu, chego a ter até cinco, seis fornecedores de açaí, não é só o Nando entendeu, o Nando ele joga tal dia da semana pra mim, assim como tem outros camaradas que jogam outro dia na semana, sabe, então é assim, é tudo intercalado, tudo organizado, tem assim uma cadeia, todo um ecossistema montado de freguesia certa dos pontos de açaí, aqui do Barreiro, grande parte, não todos, mas poderia te dizer que um, uns...entre trinta a quarenta por cento dos pontos de açaí aqui do Barreiro é de açaí da Ilha, o mesmo que eu bato, o fornecedor não vai se aventurar na feira, não é uma venda certa, é um freguês certo que ele já tem aqui, o chamado contrato” (Entrevista realizada em junho de 2022, Sr. Elton Tavares, Bairro Barreiro).

Segundo seu relato fica explícito que seus saberes e habilidades sobre a mata são elementos determinantes da identidade sócioespacial e a necessidade desses atores na “defesa do território, enquanto expressão de manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de uma liberdade de ação” (SOUZA, 2008, p.110). São marcas da territorialidade ribeirinha que constantemente estão sendo moldadas pela ordem ou necessidade do mercado, “polivantes”, segundo Lourdes Gonçalves e sustentadas por Gonçalves:

O interessante é que esses amazônidas têm uma visão e uma prática nas quais o solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de reprodução foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas amazônicos como a agricultura, o extrativismo e a pesca. São produtores polivalentes (GONÇALVES, 2010, p.155).

Mesmo perante as dinâmicas apresentadas, o contexto em que o caboclo ribeirinho continua inserido, é de dominação e subordinação às demandas impostas pelo desenvolvimento econômico, que segue a lógica de concentração e exploração, seu distanciamento dos centros urbanos, ampliam a falsa imagem de lugar atrasado, inferior e que não contribuem com o progresso.

De acordo com Marques (2008) sua condição de subordinação perante a sociedade impede o ribeirinho de negociar seus excedentes de produção não tendo poder de estipular valor a suas mercadorias, impedindo sua participação na distribuição da riqueza social, imposta pelo capitalismo. Outro fator que segundo Gonçalves (2010), também contribui para a exploração do trabalho ribeirinho é o seu isolamento social, impedindo-o de realizar a negociação com sua produção, como mencionado a seguir:

Aqui nessas regiões o principal problema parece residir não na incapacidade desses caboclos, mas no isolamento em que se encontram e que os coloca à mercê de “atravessadores”, os regatões que se aproveitam da situação de ausência de políticas públicas para impor os preços que querem, elevando os preços das mercadorias que vendem e diminuindo os das que compram. Aliás, essa é uma característica geral inerente à geografia do comércio de produtos agrícolas, posto que a dispersão espacial facilita a atuação desses “atravessadores” que, dessa forma, se apropriam de uma importante fração da riqueza social, não por sua competência ou modernidade, mas em virtude das circunstâncias geográficas que, no caso amazônico, adquire um lugar proeminente. O isolamento do caboclo é um fato cultural da região e a ele está associado à figura ambígua do regatão (GONÇALVES, 2010, p. 42-43).

O autor esclarece essa particularidade da região não como um problema, mas como um fato cultural vivido pelas populações ribeirinhas e que diante da necessidade de suprir outras necessidades, acabam desvalorizando seus excedentes gerados pela sua força de trabalho.

Na Ilha das Onças, o extrativismo movimenta os moradores e bem cedo pela manhã o Sr. Jair, “saiu pra mata” [sic] na busca pelo fruto do açaí, que em razão de sua diminuição, permaneceu por longas horas por sua procura a fim de garantir a autossuficiências de sua família por alguns dias. Seus saberes relatam que a safra nesse período da “beira está muito seca” [sic], referindo-se aos açazeiros localizados nas margens do rio e que é necessário adentrar a mata.

No período do trabalho de campo, a extração já estava escassa e a retirada do fruto era somente para consumo, por pelo menos uma semana com aproximadamente meio pão, quando há excedente, ocorre a comercialização na própria ilha ou é transportada pelos

vizinhos até a feira do Ver-o-peso dividindo a renda. Sendo assim, é comum encontrar a máquina de bater açaí nas residências ribeirinhas, conforme os registros fotográficos da figura 3.

Figura 3 - Coleta de açaí da mata.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Contudo há moradores que não possuem máquina de bater açaí como mostra a figura 4, nem tão pouco, energia elétrica, a residência da Sr^a. Maria da Conceição é uma das poucas na Ilha que possui o equipamento e que disponibiliza para os vizinhos e parentes, reforçando o espírito de cooperação e ajuda mútua na comunidade.

Figura 4-Máquina de bater açaí na residência ribeirinha.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Por ser uma atividade sazonal, os ribeirinhos buscam outras atividades durante os períodos de entressafra do açaí, seja com a pesca de camarões e peixes, seja pela agricultura e criação de animais de pequeno porte, como patos, galinhas e médio porte como porcos.

A pesca artesanal é bastante desenvolvida na Ilha, realizada em pequena escala e praticada em locais próximos as residências, pois a canoa a remo é um dos meios de deslocamento entre os moradores. Esta possui um papel social e econômico fundamental nas comunidades e tem como finalidade principal a autossuficiência das famílias, que pescam pelas malhadeiras¹⁷ e exigem grande esforço físico. A pesca em sua maioria é realizada por homens especialmente a partir da técnica da tapagem¹⁸ que apesar de pouco utilizada pelos ribeirinhos está presente na comunidade. Destacam-se também outros métodos como o emalhe lançado em canais e igarapés na busca do peixe tipo bagre. O peixe do tipo mapará é a espécie geralmente mais consumida e pescada na Ilha.

17- Rede de malha classificada em dimensões de 20 mm a 70 mm e que pode variar dentre outras regiões e muito utilizada para pesca. (FERNANDES, VICENTINI e BATISTA 2009).

18 - Prática que também utiliza rede e consiste no bloqueio de um corpo d'água, retendo os peixes que são retirados após a baixa da maré, pouco utilizado devido alto custo da rede.

Na comunidade também se encontra o camarão de viveiros com o propósito de aumentar a quantidade, tamanho e renda das famílias. A pesca de camarão através do matapi¹⁹ é realizada tanto para a comercialização quanto para o consumo, nas proximidades da residência e dentro dos Igarapés durante o ano todo, o matapi legítimo feito de tala, não muito utilizado na comunidade, foi substituído pelos de plástico, sendo aproveitado como peça decorativa em algumas residências como na figura 5.

Figura 5 - Matapi decorativo.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Alguns moradores reutilizam as garrafas de plástico para confecção de outro tipo de matapi, detalhado na figura 6, que segundo os pescadores é durável e funciona perfeitamente,

19 - Instrumento artesanal que pode ser confeccionado de tala ou aproveitamento de garrafa PET (comumente encontrada no entorno da Ilha) utilizado pelos moradores que vivem as margens dos rios, áreas de várzea, canais e igarapés das regiões insulares, na captura de camarão. Segundo informação dos moradores entrevistados, o matapi confeccionado de garrafa PET é melhor devido sua durabilidade.

Figura 6 - Matapi confeccionado de garrafas PET.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Outro importante empreendimento são os restaurantes ribeirinhos, desenvolvendo atividade de turismo gastronômico com os serviços de comidas típicas e passeios nos rios da Ilha. A propriedade dos ribeirinhos é arrendada pelos empresários da cidade de Belém que ajustam os espaços com o rio e a floresta, proporcionando um ambiente confortável aos visitantes. Os restaurantes na Ilha apresentado na figura 7, complementam a renda dos ribeirinhos principalmente nos finais de semana, fortalecendo o setor terciário da economia na ilha, com os serviços de limpeza e garçom, além do serviço de transporte desses visitantes, realizado pelas embarcações contratadas dos ribeirinhos.

Figura 7 - Restaurante Gastronômico na Ilha.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Com a criação dos empreendimentos muitos empregos foram criados na ilha, conforme comenta Ramon que desde muito cedo, já colabora com a renda dos pais e afirma que a movimentação ocorre principalmente nos finais de semana.

“Esse restaurante veio pra ajudar muita gente, as mulheres aí, empregou muita gente, todo mundo, muita gente da ilha, só o pessoal da ilha, todo final de semana que tem né, frete com a embarcação saindo do Shalon em Belém, ao lado do açai biruta, final de semana é restaurante direto, dá muita gente aí, tem outro mais lá pra dentro, são dois, é bom por isso muita gente que não tinha emprego né, trabalhando com isso, dá pra ajudar” (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sr. Ramon, Comunidade Furo do Nazário).

A extração do palmito também movimentava um reduzido mercado na região, sendo retirado da floresta para comercialização somente quando há demanda pelos comerciantes da cidade, há pontos específicos de compra na entrada do Furo que são comercializados em Belém, a extração também é realizada a fim de complementar a renda, além de outras atividades desenvolvidas na Ilha, como aponta a Sr^a. Maria da Paixão:

“Quando acaba o açai, ele tira palmito, lanceia (arrastando a rede lá na praia), pega camarão peixe tem vez que dá, tem vez que não dá, gosto de todos os peixes, só não gosto que tem muita espinha, tem uns pequenininho que frita e come, sardinha de gato, só que tem muita espinha” (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sr. Maria da Paixão, Comunidade Furo do Nazário).

A coleta de material reciclável no entorno da ilha também ajuda com as despesas dos moradores da comunidade, garrafas de plástico, latas, peças, engradados de bebidas e baldes que são arrastados pela corrente das águas e o vento, sendo depositado nos arredores e quintais dos moradores. Na Comunidade Furo do Nazário, o material recolhido é encaminhado para capital para comercialização. A movimentação intensa de embarcações comerciais e de passageiros, além da aproximação com a cidade de Belém, são fatores que contribuem com a produção desse material, na figura 8 podemos observar um acúmulo de material reciclável, principalmente de latinhas de bebidas.

A acumulação dos resíduos sólidos nas comunidades da Ilha das Onças e no entorno da escola tem causado desconforto e preocupação com a paisagem no local. Os pressupostos dessa problemática podem estar relacionados ao não cumprimento da política de gestão dos resíduos sólidos pelo Município, conscientização dos moradores no tratamento e despejo, além de ações/práticas vinculadas a escola na formação de alunos preocupados com a questão ambiental. Nesse sentido, a educação ambiental, pode contribuir consideravelmente com a política de gestão ambiental, utilizado para formação de uma cidadania com conscientização e ação individual e coletiva, na busca da preservação da natureza, utilização dos recursos naturais de forma sustentável e qualidade de vida na região.

Figura 8 - Acúmulo de material coletado no entorno da Ilha.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

A separação da Ilha, apenas pela baía do Guajará, impõe uma convivência das comunidades ribeirinhas entre o rural e o urbano, como revela o registro da figura 9:

Figura 9 - Cidade de Belém vista do quintal da Sra. Maria da Paixão.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Com a renda obtida com a venda do açaí, coleta seletiva, aluguel de barcos dos filhos, auxílio defeso e outras fontes de renda, a Sra. Maria da Paixão, visita o comércio central de Belém para compra de alimentos básicos que não são produzidos na Ilha. Não há uma rota de transportes regular para os moradores da comunidade do Furo, o acesso à cidade pelos moradores é realizado por rabetas em que os custos de travessia, são considerados altos pelos moradores, cerca de R\$ 10,00 ou pelos barcos que realizam o transporte dos funcionários da escola, quando há vagas disponíveis.

Organização e movimentos sociais da Ilha

As comunidades ribeirinhas na Amazônia possuem inúmeras especificidades provenientes de sua diversidade cultural, identidade com o território, modo de vida, religiosidade, multiplicidade de saberes e principalmente a relação prática com a natureza no lugar. A garantia de sua existência e permanência no território, por meio das representações, associações, movimentos sociais ou comunitários, configuram a história de luta e resistência do avanço/invasão dos efeitos do capitalismo. De acordo com Fabrini (2008, p. 240):

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições salariais e de trabalho luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária etc.

A representatividade dos movimentos sociais na Amazônia está sendo formada pelos próprios sujeitos que compõem o território, por meio de associações, centros comunitários, participação da Igreja e colônia de pescadores que nomeiam seus representantes em encontros com os moradores. Além da nomeação, os encontros são utilizados para solicitação de demandas sociais da comunidade, programação de festejos e encontros religiosos.

Historicamente os movimentos sociais se manifestam em oposição a outros grupos que expressam superioridade e excluem as classes menos favorecidas, as políticas que invisibilizam os camponeses e por não considerar a importância das atividades do campo na cidade. As particularidades da região Amazônica demandam de luta dos movimentos sociais pela reprodução do grupo familiar e de seus “modos de vida” que se reproduzem para atender suas necessidades de sobrevivência, sendo cerne de característica dos movimentos no campo (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Na Ilha das Onças é no barracão ou na igreja que os moradores se encontram, nomeiam seus representantes e discutem suas necessidades coletivas e as precariedades de atendimento das políticas públicas do Estado, que tende a negar a heterogeneidade dos modos de vida desses sujeitos que vivem dos rios, terra e da mata, atualmente o barracão foi substituído pela Associação dos Moradores da Ilha – AMIL é o nome dado ao movimento social da Ilha, que foi criado com o propósito de atender as solicitações das comunidades reunidas em uma única representação. Entre suas principais demandas, segundo relato dos moradores estaria em torno do alto custo do transporte na Ilha, atendimento de todas as comunidades com água potável e o retorno do ensino médio que se encontra suspenso em algumas escolas.

As políticas de beneficiamento junto à comunidade, vinculadas ao Programa de Assentamento Extrativista (PAE), ainda precisam ser ampliadas na Ilha, além da garantia de acesso a terra, inclusão de saneamento básico e melhoria nas condições de vida por meio da produção familiar.

A produção familiar e o extrativismo são fontes complementares de renda das comunidades da Ilha, que são mantidas pelos auxílios do governo federal como Bolsa Família e Auxílio Defeso, pelo município as famílias não contempladas pelo governo federal, podem ser cadastradas na prefeitura e beneficiadas com o PBF (Programa Bolsa Família) ou PBC (Programa Bolsa Cidadã).

Mesmo diante das políticas sociais implementadas, ainda há moradores na Ilha sem acesso as condições básicas de garantia para sobrevivência, principalmente os mais afastados dos municípios. Na comunidade furo do Nazário, mesmo com sua proximidade à Belém, não garante atendimento de todos os moradores com as políticas públicas do município e que será abordado no capítulo a seguir.

CAPITULO II – TERRITÓRIO E MODO DE VIDA NA COMUNIDADE FURO DO NAZARIO- ILHA DAS ONÇAS

Compreender como se desenvolve as diversas atividades no território ribeirinho, sua organização socioespacial envolvendo sua a dinâmica no trabalho, extrativismo, parentesco, crenças e religiosidade, além da cultura e identidade presentes principalmente nos modos de vida das comunidades que vivem à beira dos rios na Amazônia é o propósito do capítulo a seguir, em particular é discutir e expor a relação que abarca o sujeito ribeirinho e suas múltiplas singularidades na comunidade do Furo do Nazário.

Devido sua imediação com o comércio de Belém, o Furo do Nazário, é um corpo d'água estreito e possui movimentação intensa no seu percurso durante a maré alta, tanto para escoamento da produção dos ribeirinhos, quanto para entrada e saída dos moradores e turistas, além dos docentes e funcionários da escola que fica localizada na entrada do Furo. As casas dos ribeirinhos são próximas uma das outras no início do furo e vão se distanciando ao adentrar este. Cortando a Ilha das Onças, o Furo Grande possui casas afastadas e com dimensões de propriedades maiores, devido sua localização e seu formato a movimentação de embarcação é menor. Tem como principal meio de transporte pelos moradores os barcos, canoas e rabetas como na figura 10 a seguir:

Figura 10 - Embarcação Ribeirinha.



Fonte: Santos, 2021 – Trabalho de Campo.

Além dos rios, outro caminho de acesso às casas de familiares, parentes e amigos na comunidade é realizado pelas matas, pontes e quintais conforme mostrado na figura 11.

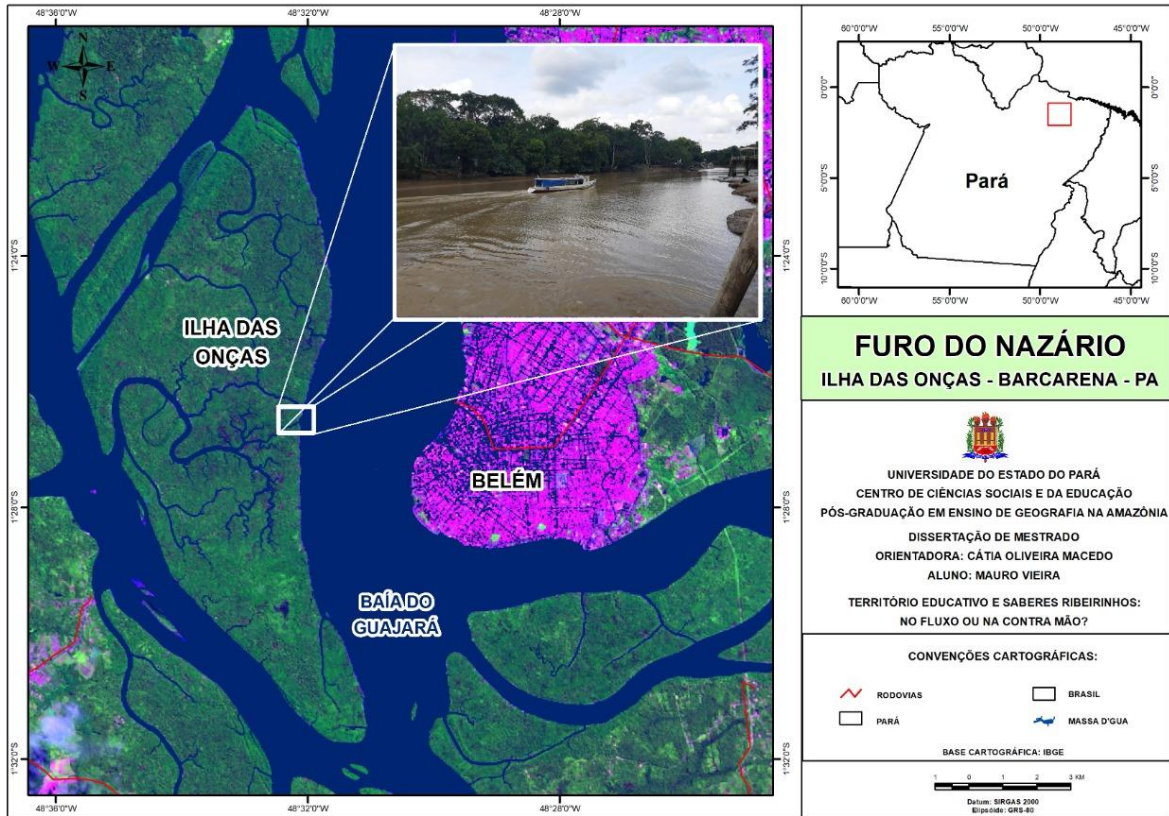
Figura 11 - Renan, a caminho da casa de seus avós.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

No mapa 02, é possível identificar o início do Furo e sua aproximação com a malha urbana de Belém, sua ligação com o Rio Piramanha e a Baía do Guajará.

Mapas 2 - Entrada do Furo do Nazário na Ilha das Onças.



Elaboração: Santos; Batista 2022.

A influência das marés, exigem dos condutores de barcos, canoas e rabetas uma apurada sabedoria com esses regimes, principalmente para escoamento de seus excedentes, transporte de passageiros ou pessoas da família, além dos pontos específicos de lançamento da rede de pesca, conduzir qualquer embarcação por esse caminho estreito é realmente restrito aos ribeirinhos, o empirismo de suas práticas continua sendo reproduzidas pelos sujeitos que nela habitam, tem o rio como “elemento essencial para organização da qualidade de vida e de trabalho das comunidades, é também importante elemento na perpetuação ou subversão dos valores locais” (OLIVEIRA, 2004, p. 68).

Figura 12 - Furo do Nazário - Ilha das Onças.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Os moradores do furo não possuem saneamento básico e o fornecimento de água potável realizado pela prefeitura não beneficia todos os moradores. Trata-se de problemas recorrentes de políticas públicas que não alcançam as comunidades causando graves prejuízos à saúde. Também não há serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliar, ocasionando práticas locais de uso comum como enterrar ou queimar o lixo biológico no quintal, conforme figura 11, são soluções que promovem a poluição e desequilíbrio ambiental.

Figura 13- Queima de lixo no quintal.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Apesar da proximidade da Ilha com a capital do Estado as comunidades não têm fornecimento de energia elétrica, os moradores, contam com o gerador de luz da Escola Prefeito Laurival Cunha que possui um gerador fornecendo energia para a Unidade de Saúde e algumas residências durante seu horário de funcionamento que vai das 07h30min da manhã até as 17h00min, de acordo com o depoimento da Sr^a. Maria da Paixão:

“Quando para o barulho do gerador fica muito silêncio, a noite tenho placa solar, meu esposo que comprou, tem um geradorzinho, liga até umas onze, mas depois desliga, agora é bateria, a gente liga na bateria, mas agora como já temo placa” (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sr^a. Maria da Paixão, Comunidade Furo do Nazário).

Algumas residências possuem placas fotovoltaicas como mostrado na figura 12, para geração de energia, que durante o dia carregam os acumuladores que são utilizados no período noturno para iluminação e uso de ventiladores e televisores. Devido ao custo das placas, acumuladores e o serviço de instalação, além de nenhuma ajuda governamental, poucos moradores possuem o sistema.

Figura 14 - Residência ribeirinha com painel fotovoltaico.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

A senhora Maria da Paixão possui o sistema de geração de energia solar em sua residência onde mora com seu esposo e netos, a energia gerada é utilizada também na utilização da máquina de bater açaí para o consumo da família, a aquisição e instalação foi realizada com muito esforço com a ajuda dos filhos e a renda gerada com a extração e venda do açaí, na feira do açaí, no Ver-o-peso e venda para os marreteiros.

A Unidade de Saúde da Família instalada na comunidade foi uma das conquistas desta diante das dificuldades de deslocamento dos moradores para a cidade em busca de assistência hospitalar, a unidade realiza atendimentos de segunda a sexta das 09h30min as 17h00min e desenvolve ações educativas de promoção e prevenção à saúde por meio da Secretaria de Saúde de Barcarena (SEMUSB), são em média cerca de 2.981 ribeirinhos cadastrados, segundo dados da Secretaria na Unidade de Saúde e cerca de 20 a 25 atendimentos diários, a movimentação é intensa no Furo do Nazário de embarcações na busca de atendimento pela

Unidade de Saúde. Fica ao lado da escola Prefeito Laurival Cunha e também utiliza energia do gerador elétrico.

Figura 15 - Acesso à unidade de saúde da família da comunidade.



Fonte: Santos, 2021 - trabalho de campo, Furo do Nazário.

Outra conquista dos moradores da Ilha foi a expansão de entrega de água potável pela prefeitura, por meio do Programa de Distribuição de Água Tratada – (PRODAT), vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Tesouro – SEMAT, que atende atualmente 2.349 famílias ribeirinhas (SEMAT, 2021). Na comunidade, a distribuição é realizada de terça a sexta por barcos contratados pela prefeitura que transportam a água tratada e coletada no posto de abastecimento na comunidade do Cafezal.

Mesmo com o descompasso no atendimento de políticas públicas aos moradores da Ilha das Onças, é por meio da organização coletiva dos moradores que eles promovem poucas mudanças, mas que são significativas diante das condições em que se encontram. Molina (2006), reforça esse avanço “criam-se novos atores sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída”. As novas lideranças comunitárias não ficam apenas nos barracões e passam a disputar os espaços públicos.

Saberes da mata

Saberes que decorrem da habilidade de penetração na mata pela necessidade de utilização dos recursos naturais para sobrevivência da população ribeirinha, orientados pelos mais velhos, as atividades são organizadas com trabalho conforme suas idades. Os mais jovens e do sexo masculinos são fundamentais para retirada do açaí na Ilha, devido seu vigor físico e peso, os filhos são figuras essenciais de ajuda nos trabalhos da família.

Sr. Jair, morador do Furo do Nazário, sai para a mata na busca do açaí, sua permanência vai depender se a retirada do fruto for para uso próprio e de sua família ficando pouco tempo, cerca de duas a três horas ou para comercialização com um tempo maior de três a quatro horas, com os conhecimentos da mata que possui, consegue percorrer longas faixas sem perder o caminho de volta pra casa, segundo o Sr. Jair, a mata e a natureza devem ser respeitados, pois é dela que ele tira seu sustento, além de possuir valor espiritual, como detalha Oliveira:

Os saberes, representações e imaginários em relação a mata estão vinculados ao existir pessoal e em comunidade, envolvendo situações de sobrevivência [...] A mata, então, caracteriza-se por ser um espaço de sobrevivência e ao mesmo tempo de encantamento, expressando a população rural-ribeirinha representações culturais que mesclam fatos da realidade objetiva com lendas e mitos presentes no seu imaginário social (OLIVEIRA, 2004, p.58-59)

Além de seus encantos e histórias, a mata possui seus significados “como o universo relacionado à produção da vida material - fonte de alimento” (LIMA, 2013), outros produtos também podem ser extraídos da mata, com a intenção e serem utilizados para tecer pano, por exemplo, ou folhas utilizadas na proteção ou acondicionamento dos próprios alimentos, conforme apresentado na figura 15.

Figura 16 - Paneiro com açaí coberto com a folha de açazeiro.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

A experiência de manejo do fruto é comprovada por meio do depoimento do Sr. Elton, que demonstra a relação de saberes com a natureza por intermédio da produção e seus modos de vida:

“A própria natureza, ela é capaz de melhorar o produto, ou seja, essa embalagem feita através das folhas do açai, é uma espécie sim de conservação do fruto, aonde ele não vai abafar pelo contrario, as folhas ela vão dar uma espécie de ventilação melhor pro açai, entendeu? Então é todo um processo no qual a natureza joga a favor da gente, são técnicas que o empirismo, o tempo nos ensina pra conservar melhor o fruto” (Entrevista realizada em junho de 2022, Sr. Elton Tavares, Barreiro).

Conhecendo todos os caminhos da mata, vale ressaltar que existem outros obstáculos e perigos como os animais, cobras e aranhas, dentre outros que podem ser letais a vida dos ribeirinhos, a caça para alimentação também exige ampla sabedoria de localização dos animais e tempo certo de captura. As ervas medicinais também são retiradas da mata e são produzidos remédios caseiros que auxiliam na recuperação de gripes e analgésicos, a identificação e extração dessas ervas na mata requer a aplicação de muitas sabenças pelos ribeirinhos.

Portanto, a vasta riqueza desses saberes da mata no cotidiano das comunidades ribeirinhas é primordial para garantir sua sobrevivência e intensificar sua relação com a natureza, respeitando sua diversidade e seus limites.

Saberes do rio

O rio é o principal caminho de ligação das populações tradicionais²⁰, incluindo categorias com destaque aos indígenas, os caboclos/ribeirinhos, os quilombolas e pescadores (BRANDÃO, 2007), são percursos que exigem habilidade desses moradores, e como primeira lição é essencial nadar ou flutuar nas águas, como forma de garantia da vida na floresta e meio de autossuficiência das comunidades, os deslocamentos por meios das canoas e barcos submete os ribeirinhos aos perigos da água, faz parte do cotidiano, lazer, sobrevivência e ter um profundo conhecimento desse recurso é primordial na Ilha, a partir desse conhecimento é possível programar e organizar os modos de vida, particularmente em cada trecho do rio, as águas se mostram de suma relevância histórica na territorialidade ribeirinha, conforme detalha Miranda:

Os moradores das ilhas estruturam e organizam sua vida e sociedade em função das águas e das insularidades. Elas são os seus caminhos e lugares de territorialidade de seus moradores. As ilhas, neste sentido, são os lugares de morar, de viver, de lazer, de produzir e reproduzir socialmente. Em termos da memória coletiva, simbolicamente as ilhas e seu entorno – as águas – significam e representam o seu lar (MIRANDA, 2015, p. 83).

Segundo a autora “A água tem sido objeto de estudos na perspectiva de recuperar e registrar os diversos modos de interação entre sociedade e natureza” (Miranda, 2015), por intermédio de seus regimes que são determinadas as rotinas de trabalho e uso dos recursos naturais pelo caboclo ribeirinho e que, orientam o momento adequado de exploração desses recursos para uso familiar, e em alguns casos complementar a renda nessas comunidades. Além de se inserir em outros aspectos que também são marcas desses grupos como a seguir:

²⁰ Resultado da conquista de luta dos movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais e instituições de pesquisa, surge no início dos anos 2000, o reconhecimento dos direitos igualitários das populações que ficam embrenhadas na floresta, na margem dos rios e que possuem formas tradicionais de subsistência, implementados com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA-2003), reconhecendo o direito à terra e a necessidade de regularização fundiária para os ribeirinhos e quilombolas (COUTINHO, 2016). Instituída pelo Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, estabelecendo a seguinte definição em seu Artigo 3º, Inciso I – “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

[...] água se insere do domínio da vida material e espiritual (mental) e, portanto dos símbolos e representações, originando diferentes imagens e significados na perspectiva econômica, social, ambiental e na do imaginário social, político e cultural. Esses significados diferem no tempo e entre as sociedades e/ou grupos sociais. Neste sentido a água está na Natureza e nas Culturas ao mesmo tempo. E como tal é parte integrante dos mitos e da história [...] (MIRANDA, 2015, p. 84).

Os saberes das águas na Ilha das Onças podem ser simbolizados pelas atividades artísticas, aplicadas pela Escola Laurival Cunha, chamadas de olimpíadas da Ilha (Diretora Raimunda), que são competições que envolvem os alunos e que representam suas comunidades, são disputas que ocorrem nas águas do rio, igarapés e furos. Outro momento que pode ser observado na comunidade são as comemorações do Círio que ocorre na Ilha, sempre no dia 31 de maio e da padroeira da Comunidade do Furo do Nazário, Santa Rosa, que é festejado no mês de agosto, ambos os eventos, realçam o significado das águas nos rios da Ilha, não perdendo seu simbolismo e fortalecendo assim, a memória, seus mitos, religiosidades e crenças, como mencionado pela autora.

Outros aspectos que pode ser relacionados à água, segundo Brandão (2007), “a água, incluindo rios e lagos fazem parte de um território e um modo de vida, base de identidades específicas” que retratam as especificidades relacionadas não somente a um grupo, mas sim a todos que vivem em estreita relação e dependência com os rios. Cabe ressaltar que ainda se tratando de aspectos simbólicos, Miranda (2015), propõe a importância da água nas comunidades ribeirinhas como “valor sagrado” e simbólico fato evidente nas entrevistas com os moradores do Furo do Nazário, como relatado por Brandão, 2006, p. 15:

[...] existem lendas sobre a Mãe d'água para a qual é necessário se dar presentes para que a pesca seja abundante, sobre a Iara, o Boto, etc.. Outros mitos narram as relações amistosas entre os seres dos rios e das matas que garantem a vida dos homens que, por sua vez, não devem perturbá-las. Esse rico universo simbólico é fundamental para garantir a identidade do grupo e sua relação com as águas [...].

Podemos afirmar que o ciclo sazonal, regula a vida nas comunidades ribeirinhas impondo ritmos temporais diferentes nas práticas cotidianas de acordo com Brandão:

Os caboclos/ribeirinhos vivem, em sua maioria, à beira de rios, igarapés, igapós, lagos e várzeas. [...] Quando começa a cheia, torna-se difícil fazer roça, e mesmo a pesca e a caça ficam mais difíceis e nesse sentido, esse período dificulta a vida social. Esses caboclos são extrativistas e agricultores que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, frequentemente, em períodos de maior demanda por força de trabalho, usam o sistema de troca de dias de trabalho entre vizinhos. Como os terrenos ocupam beiras dos rios, os ribeirinhos podem tirar proveito das várzeas, plantando e colhendo produtos alimentícios [...] (BRANDÃO, 2006, p.12-13)

Com os períodos de maré em seus níveis mais elevados, foi possível acompanhar a extração do fruto açaí, pelos moradores do furo do Nazário para autossuficiência das famílias e o excedente para comercialização, garantindo renda, conforme mencionado pelo autor, exigindo um desdobramento da força de trabalho da família, parentes e vizinhos, substituindo a prática de outras atividades.

Com seu vasto conhecimento e saberes sobre as várzeas, conseguem manter o grupo, diante das dificuldades impostas por esses deslocamentos e garantia alimentar de seus dependentes, “os caboclos/ribeirinhos tem um grande conhecimento sobre rios, igarapés e lagos e sobre os seres vivos que neles habitam. O conhecimento tradicional desses povos se relaciona com inúmeros aspectos da vida dos rios” como apontado por Brandão, 2006, p. 14. E o deslocamento como apresentado por Pereira o “espaço das comunidades é organizado para possibilitar uma determinada fluidez de acordo com as necessidades de acessibilidade, através dos caminhos dos rios, furos e igarapés” (PEREIRA, 2014, p.213) indicam o significado das águas na dinâmica do espaço comunidades, continua apresentando o autor como um:

[...] regime de sociabilidade ribeirinho, quer dizer, são dinâmicas socioambientais reguladas e reguladoras, significantes e significadas, apropriadas e próprias, classificadoras e classificadas de acordo com as experiências, práticas e conhecimentos transmitidos de geração a geração (Idem, 2014, p.226). [...] se compreende que existe uma influência das águas no meio geográfico em que os ribeirinhos vivem e por isso estes respondem adaptando-se às variações sazonais [...] (Idem, 2014, p.227).

Segundo Pereira, ocorre um processo de territorialização, relacionado ao regime fluvial e que caracteriza os modos de vida das comunidades ribeirinhas, produzindo seu espaço geográfico.

As casas dos ribeirinhos também atendem aos regimes dos rios, com acesso pelos trapiches ou extensões de ponte que podem se adequar em diferentes níveis, para atracação das canoas, rabetas ou barcos dos moradores.

Apresentando todas essas variedades de ocupação e utilização dos rios, Gonçalves (2010), estabelece um padrão de organização socioespacial denominado de rio-várzea-floresta, moldado pelo percurso mercantil nos rios da Amazônia, no qual os diferentes momentos de ocupação estabeleceram as marcas no território amazônico. Essas características de ocupação estão presentes nas diversas culturas que foram construídas através dessas disputas territoriais.

Saberes Culturais Ribeirinhos

Os saberes culturais reúnem todos os conhecimentos representados por categorias, reunindo os saberes ribeirinhos que estão enraizados em seus modos de vida, trabalho, sabenças, religiosidade e crenças. As particularidades de cada comunidade na Amazônia precisam ser olhadas e pensadas com atenção, seu imaginário construído diante de suas diversidades devem ser reconhecidos, Carlos Walter detalha a seguir a formação cultural ribeirinha:

O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do migrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas, desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades do seu complexo cultural [...] (GONÇALVES, 2010, p.154).

A diversidade cultural na Amazônia na figura do morador ribeirinho é justificada pelo autor com a integração de diferentes vertentes culturais que por questões de sobrevivência, fugas e conflitos, criaram modos específicos de relação com os rios e as matas, um segundo autor também caminha na mesma análise, mas se apropriando da territorialidade ribeirinha “Culturalmente são fruto do contato entre as culturas indígenas, europeias (sobretudo a portuguesa) e posteriormente, as africanas que influenciaram a língua, as técnicas, a religião, a música, festas e danças” (DIEGUES, 2007, p. 2).

A noção de território é uma característica mais importante que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas. Em algumas dessas comunidades existem formas de uso comum do território[...].

Assim, a acumulação cultural ribeirinha está interligada com o território com quem realiza ações e cultiva identidade, relação que se preocupa em explorar, mas também em conservar a mata, os rios e água através de suas sabenças conforme proposto por Oliveira, 2004, p. 111:

Nas comunidades ribeirinhas, entrelaçam-se múltiplos saberes e múltiplos processos de trabalhos, demarcando a diversidade e a multiculturalidade Amazônica. Os espaços de trabalho estão vinculados à produção simbólica. [...] se dimensionam também com espaço de organização social e cultural, estabelecendo-se nas relações intersubjetivas uma *pedagogia do cotidiano*, isto é, um processo de ensino-

aprendizagem da memória social, das tradições culturais, dos saberes, imaginários e representações produzidas e comunicadas oralmente nas práticas cotidianas sócias.

Segundo Oliveira, a organização social e cultural está ligada aos símbolos presentes no território ribeirinho, com seus espaços simbólicos, como exemplo temos a produção de açaí na Ilha das Onças, onde, existe uma organização desde a coleta do fruto, passando pela sua seleção, armazenamento e transporte são saberes transmitidos de geração para geração, criando sentimento forte de pertencimento com o lugar, os diferentes modos de relação com o espaço na Amazônia, traçam a heterogeneidade e a complexidade cultural que se desenvolvem na beira dos rios, várzeas, igapós dentre outros.

A reprodução desses saberes culturais estão representados em seus modos de vida que são marcas do território educativo na Ilha e que tem a escola como um dos principais instrumentos de transmissão desses saberes, portanto o capítulo seguinte irá discutir a relação sócioespacial entre a escola e a comunidade do Furo do Nazário.

CAPITULO III – POR ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE: A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO EDUCATIVO NA COMUNIDADE FURO DO NAZÁRIO

O território educativo nas comunidades ribeirinhas está materializado nas relações sociais que são percebidas pela cultura, produção, trabalho, modos de vida e sentidos, estão estabelecidos a partir de relações do sujeito com seus respectivos grupos sociais no espaço. Na escola esse processo deve ser reconhecido e reproduzido, a fim de garantir a permanência e memória desses sujeitos no campo, o território pode ser evidenciado na escola por meio de suas práticas e deve ser utilizado como base na construção de conteúdos, práticas educativas e temporalidade escolar, segundo Oliveira, o desenvolvimento dessa base leva em consideração o seguinte:

[...] respeito à comunidade e aos sujeitos do campo, exige que a prática educativa leve em consideração questões como a história da comunidade e dos sujeitos, o respeito e o entendimento das suas temporalidades, o entendimento dos conflitos sociais a que estes sujeitos estão envolvidos em sua territorialização, o entendimento dos símbolos das comunidades, o entendimento dos seus significados, a organização social, política e especial das comunidades, as disputas territoriais e as diversas lógicas de uso e representação do espaço [...] (OLIVEIRA, 2011, p.122).

Portanto, segundo Oliveira os elementos que compõem a territorialidade ribeirinha devem ser considerados como centrais na estruturação das práticas educacionais e com isso,

evidenciados na escola, e o território com seu movimento e dinâmica social como base de desenvolvimento educacional nas comunidades.

Nesse capítulo será discutido como os ribeirinhos a partir de seus saberes consolidam seus territórios, a partir de sua realidade e vivência garantindo identidade territorial e autonomia para organização política. Concebemos o território educativo ribeirinho como espaços de transmissão do conhecimento, espaço de socialização e meios de vida, a educação ribeirinha transforma em território e transforma o território (PEREIRA, 2014). Discutir a realidade da educação ribeirinha e seu descompasso de articulação com o currículo que é planejado por sujeitos que não compõem o lugar, afastando-os de sua cultura.

Saberes populares na Amazônia e modos de vida ribeirinho

Diante da pluralidade de saberes que envolvem o contexto sociocultural amazônico, que estão relacionados principalmente às práticas do cotidiano e sua conexão com a floresta nos remete a ampliação das reflexões sobre a diversidade cultural dos povos e comunidades tradicionais ²¹.

Os saberes populares desses povos, por serem diferenciados devem ser preservados e respeitados pelos agentes do estado e legitimados pela sociedade, as relações sociais de produção e organização para autossuficiência nas comunidades propõe sua identificação com o espaço onde vivem. São saberes que estão ligados às particularidades do local, do seu modo de vida, são conhecimentos adquiridos empiricamente, a partir do “fazer”, que são transmitidos e validados de geração em geração, principalmente por meio da comunicação oral, do trabalho e histórias dos mais velhos.

Os saberes populares perpassam por todos os conhecimentos culturais que fazem parte do cotidiano social, presentes em seu contexto físico e histórico, relacionando a terra, a mata, as águas e os mitos (OLIVEIRA, 2008, p. 65).

A trajetória histórica da população brasileira conduzida ao longo dos anos por forte influência das elites Colonialistas inviabiliza a educação popular e nega seus saberes por não se adequarem aos “padrões oficiais de produção de conhecimento” (LANDER, 2005;

21 Segundo o (Inciso I, Art. 3º do Decreto 6.040 / 2007), Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

CASANOVA, 2007). Para os autores existe um colonialismo interno na Amazônia que subalterniza determinados saberes como relata Souza, 2018 apud Casanova, 2007, p. 15:

o colonialismo interno consiste na construção de padrões assimétricos de poder, entre regiões, culturas, grupos étnicos e classes sociais, estabelecendo, assim, determinados lugares e populações como desenvolvidos, e outros, como subdesenvolvidos, além de outras formas de marginalização.

Através da luta dos movimentos sociais, formado por inúmeros segmentos como os ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros que buscam o reconhecimento de seus saberes e resistem ao processo de homogeneização do saber, promovido pelos instrumentos do estado como nas escolas do campo. A educação popular com sua multiplicidade de saberes contribui significativamente no enfrentamento da exclusão e o enraizamento das tradições histórico-culturais (OLIVEIRA, 2008), que segundo autora com a ausência de políticas públicas específicas nessas comunidades, intensificam sua condição de marginalização e supressão.

Educação popular é construída a partir dos intensos conflitos, debates e movimentos pela justiça e igualdade na educação e cultura, e teve como um dos seus principais protagonistas Paulo Freire em meados de 1960, que lutavam pelo reconhecimento dos saberes das culturas populares (OLIVEIRA, 2015). São saberes tradicionais que demarcam os territórios na Amazônia e tecem as relações com a natureza.

Apontado por Cruz (2006) a necessidade de representação pelos movimentos sociais de luta pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de re-existência das populações “tradicionais” resistindo à invasão das formas homogêneas e tentativas de submissão que segundo Gonçalves (2001), resistem a exploração e com seus modos de vida sustentam sua existência.

Na Amazônia existe uma diversidade de saberes, valores e modos de vida originários da cultura indígena, foram inviabilizados e substituídos com o avanço da colonização e ocupação da Amazônia, principalmente pelos europeus, norte-americanos, asiáticos, libaneses, sírios e o povo da África trazidos como escravo e mercadoria, além dos nordestinos e outras regiões brasileiras, atraídos pelos grandes ciclos de produção (HAGE, 2005). Essa invasão contribuiu consideravelmente com a caracterização e formação da população Amazônica, dentre as quais a população ribeirinha que assumem características muito vinculadas a sua vivência detalhada logo depois:

O termo “ribeirinho” refere-se àquele que anda pelos rios. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens. [...] caracterizam-se, sobretudo, por suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre, onde vivem em sua maioria, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, esses inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias que, por sua vez, regula a vida dos ribeirinhos (FRAXE, et al, p. 94 - 95 2007).

Os saberes ribeirinhos estão fortemente ligados as suas relações sociais de produção para sua autossuficiência e de sua família, sua religiosidade, seus festejos, suas lendas e histórias que constroem no território geográfico sua identidade e pertencimento com o lugar. Para o autor, os saberes ribeirinhos se apoiam no conhecimento e experiência sobre as marés, períodos de pesca, período de chuvas, saberes sobre a mata, a água e a terra, dando-lhes significados.

A organização no espaço e as habilidades práticas com o ecossistema Amazônico como a caça, pesca, extrativismo e criação no quintal garantem a segurança alimentar dessas comunidades que vivem as margens dos rios e que promove em alguns casos, renda por meio do excedente da produção que são comercializados nas cidades ou municípios mais próximos ou devido à distância, os produtos são negociados com os marreteiros²² por valores inferiores ao de mercado.

De acordo com Oliveira (2008), por meio das atividades desempenhadas pelos ribeirinhos e povos que ocupam a Amazônia, é necessário reconhecer com urgência os múltiplos processos de trabalho na região devido sua diversidade social e multicultural, além de cada vez mais confirmar, através de pesquisas e trabalhos de campo acadêmicos sua “heterogeneidade”. Parafraseando com Gonçalves (2010), sobre a importância da riqueza dos saberes culturais dessas populações da floresta para os pesquisadores, torna-se impossível dimensionar sua “extrema biodiversidade” sem partir da sua cultura.

Portanto as reflexões sobre os saberes populares na Amazônia estão pautadas no seu espaço vivido, suas territorialidades, suas experiências culturais e suas tarefas vividas no cotidiano, concebendo a identidade desses povos tradicionais, é fundamental entender essas relações no sentido de:

[...] para além da dimensão do “vivido” precisamos levar em conta um conjunto de representações e ideologias presentes nas imagens, discursos,

22 São comerciantes que negociam o excedente de produção das comunidades ribeirinhas, devido às dificuldades de distanciamento e deslocamento para comercialização, utilizam embarcação e barganham os produtos diretamente com os ribeirinhos que não possuem outra alternativa senão a venda.

planos e teorias sedimentados historicamente pela mídia, pela visão da classe política, pelas diferentes frações do capital nacional e internacional e pelos planejamentos do Estado [...] (CRUZ, 2008, p. 77).

São essas dimensões de representação que segundo o autor, tentam ocultar os saberes culturais dos Povos Tradicionais na Amazônia e articulam os movimentos sociais com novos sujeitos na busca de reconhecimento cultural e histórico e luta pelo seu território com estratégias coletivas e organizadas também por demandas básicas junto ao Estado.

O cotidiano de trabalho dos ribeirinhos na Ilha das Onças e na comunidade do Furo do Nazário nos remete a pensar que são práticas e saberes herdados de seus antepassados e que são repassados de geração para geração, por meio das relações com a natureza, religiosidade, festejos e ações de ajuda mútua na comunidade. São vínculos que os reconhecem com o lugar e promovem o sentimento de pertencimento.

A necessidade de garantir a autossuficiência da família na comunidade, demanda da utilização de mão de obra dos mais jovens, já que algumas tarefas exigem esforço físico maior, como por exemplo a subida no açázeiro por meio da peconha²³, são múltiplos saberes, costumes e valores que acompanham historicamente a diversidade cultural na Ilha e ajudam o campesinato a resistir as condições de exclusão em que as comunidades da Ilha se encontram diante das políticas do Estado.

A heterogeneidade que acompanha as comunidades ribeirinhas podem ser diagnosticadas entre seus diversos saberes da mata, água e cultura, representado em suas ações e práticas sociais do cotidiano, são marcas que acompanham e registram a existência e permanência do caboclo ribeirinho.

Educação na Ilha das Onças: questões institucionais

As instituições educacionais localizadas na Ilha são de responsabilidade SEMED, secretaria subordinada a Prefeitura Municipal de Barcarena (PMB). O processo de matrícula dos alunos na rede municipal de educação, nas escolas do campo é realizado pelo setor de estatística educacional da secretaria, sendo realizado no seguinte formato: no início do ano letivo é definido um cronograma e com base nele, os técnicos do setor se deslocam as comunidades nas quais as escolas se localizam; As matrículas que não são realizadas nas

23 Instrumento constituído a partir do galho do açázeiro e utilizado como apoio pelos ribeirinhos para subir e retirar o fruto.

escolas visitadas pelas equipes são efetivadas na secretária conforme Extrato da Carta de Serviço – Apêndice V e VI, no setor de estatística (SEMED, 2021). Ao total são 57 (cinquenta e sete) escolas consideradas do campo, de um total de 97 escolas cadastradas no setor de estatística, com uma média de três mil alunos matriculados nas escolas rurais.

As escolas rurais, dos anos Iniciais e Fundamental, são de responsabilidade do município de Barcarena, classificadas pelo setor de estatística da secretaria de educação situadas na Ilha das Onças, possuem em sua maioria identificação com o rio ou furo em que estão inseridas, esses dados são cuidadosamente tratados por ocasião da matrícula dos alunos e o cadastro das embarcações que os conduzem da comunidade até a escola, conforme quadro 2 e apêndice II.

Quadro 2 - Escolas do Campo na Ilha das Onças cadastradas na SEMED do município.

ESCOLA	CLASSIFICAÇÃO	ENDEREÇO	LOCALIDADE
E.M.E.I.F. Bom Jesus	Rural	Rio Carnapijó Sitio São João	Ilha das Onças
E.M.E.I.F. Furo Conceição	Rural	Furo Conceição	Ilha das Onças
E.M.E.I.F. Furo das Laranjeiras	Rural	Furo das Laranjeiras	Ilha das Onças
E.M.E.I.F. Landy	Rural	Vila Tauerá	Ilha das Onças
E.M.E.I.F. Madre de Deus	Rural	Furo Madre de Deus	Ilha das Onças
E. M. E. I. F. Nossa Senhora da Conceição	Rural	Rio Araraquara	Ilha das Onças
E.M.E.I.F. Piramanha	Rural	Rio Piramanha, S/nº	Ilha das Onças
E. M. E. I. F.	Rural	Furo do Nazário, S/nº	Ilha das Onças

Prefeito Laurival Cunha			
E. M. E. I. F. São José Piramanha	Rural	Rio Piramanha	Ilha das Onças

Fonte: Cartas de Serviços SEMED Barcarena, adaptado - Santos, 2022.

As embarcações cadastradas na secretaria são das localidades com um número considerável de alunos matriculados nas escolas e que podem durante o seu trajeto também conduzir outros alunos de comunidades e vilas considerados menores ou de residências isoladas na Ilha.

Os alunos com suas matrículas efetivadas participam do programa Bolsa Família do governo federal²⁴, vinculado à secretaria de educação no setor psicossocial e coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que por intermédio do sistema de presença/MEC, instalado nas escolas controla a presença dos alunos e as encaminha ao gestor do programa que efetiva os benefícios. O programa também atua com os alunos na condição de “não localizado”, são jovens que ainda não estão matriculados na rede municipal ou ficam ausentes por dois períodos consecutivos ou mais e que são encaminhados para atualização do Número de Identificação Social Individual (NIS) e matrícula. O programa tenta garantir a presença dos alunos do campo na sala de aula.

Manter esses alunos com frequência na escola é um dos principais desafios nas escolas que estão inseridas no contexto ribeirinho, além do interesse municipal²⁵ necessidade econômica que envolve principalmente os jovens do sexo masculino nas diversas atividades

²⁴ Criado através da Medida Provisória nº132 de 2003, o programa beneficia famílias que se encontram em pobreza e extrema pobreza com ajuda financeira mensal em contrapartida as crianças devem ser mantidas na escola e façam acompanhamento de saúde. Em 09 de Agosto de 2021 foi instituída a medida provisória nº 1.061 o Programa Bolsa Brasil, substituindo o programa bolsa família, sendo convertida em Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021.

²⁵ Com a aprovação do congresso nacional, da Emenda Constitucional nº 14/96 que cria o Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, constitui-se um passo decisivo para garantir a expansão do ensino fundamental, de acordo com Loureiro (2007), o alunado matriculado no ensino fundamental, em escolas públicas da rede municipal, geram um percentual de recursos que podem ser utilizados com os alunos e o magistério, “Uma das consequências notáveis do FUNDEF foi o súbito interesse dos prefeitos em matricular o mais número de alunos possíveis, já que cada aluno correspondia uma cota-parte de recursos. [...] Dessa forma, muitas escolas passaram a matricular alunos com 6 anos no ensino fundamental [...] o FUNDEF resultou em numa corrida por matrículas (com uma respectiva oferta de vagas) sem precedentes no país e elevou o índice em todos os estado (LOUREIRO, 2007, p.31).

desenvolvidas na Ilha, contribuem para fracasso no desempenho escolar, evasão e distorção idade-série, esta última uma constante na educação ribeirinha. As demais razões envolvem as diversas situações de deslocamento dentro da Ilha, relacionados aos regimes de marés tanto altas quanto baixas e a necessidade de enfrentar os perigos ao caminhar pela mata.

Outro aspecto considerado relevante está pautado na formação do corpo docente das escolas, que em sua maioria são deslocados das cidades para atuarem na Ilha, mas estes, que por sua vez, desconhecem a realidade e a vivência dos seus alunos, causando descompasso na aprendizagem. É perceptível a tentativa de alguns professores em se adaptar ao ambiente ribeirinho, mas que, devido a uma falta de preparação desde a academia e um planejamento/organização coletivo e adequado com o município, são elementos complicadores no desenvolvimento da aprendizagem ribeirinha.

O comprometimento do professor ribeirinho com a escola e principalmente com os alunos do campo deve ocorrer desde a chegada ao trapiche da escola, vivenciando a realidade da comunidade e reproduzindo a cultura dos alunos em sala de aula, esses aspectos geográficos e sociais estarão reunidos na temporalidade ribeirinha. Nessa perspectiva o tópico a seguir irá abordar esse contexto em que escola Laurival Cunha está inserida na Ilha das Onças.

Uma escola ribeirinha na Ilha das Onças

Sobre a educação básica no art.23, § 2º, da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996). Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. De acordo com a lei, o calendário escolar poderá se adequar as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto em lei, o planejamento da escola poderá ser alterado levando-se em consideração a atividade econômica de colheita do açaí, para que sejam atendidas as características do local e com enfoque positivo de preservação dos saberes tradicionais e do trabalho.

Nesse sentido, podemos inferir que a organização escolar constrói identidades culturais, sociais e políticas, desenvolvidas em determinados contextos históricos e devem ser

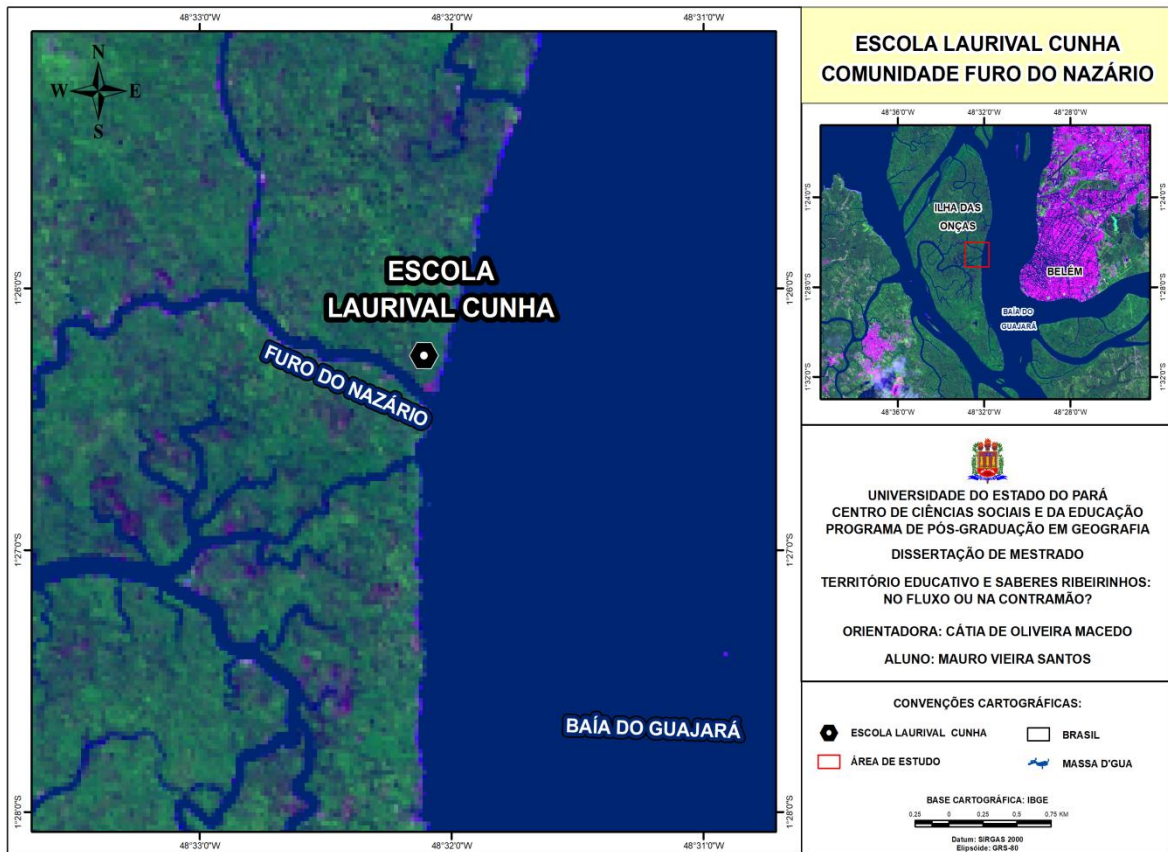
construídas. Os atuais processos de escolarização atendem uma lógica urbana, elitista como ressalta o autor (CARVALHO 2008):

O modo educacional brasileiro, quando analisado do ponto de vista de seu papel social, ou seja, se esta ou não voltado a atender as necessidades das massas, sejam elas rurais ou urbanas, pode-se inferir que o mesmo continua sendo excludente, portanto elitista, atendendo fundamentalmente e primordialmente os interesses das classes dominantes, uma vez que o ensino levado e desenvolvido nas salas de aula permanece priorizando o modo de viver urbano, supervalorizando as relações sociais e econômicas daqueles que vivem e dominam as estruturas físicas encontradas nos espaços das cidades, política, economia e culturalmente falando (CARVALHO, 2008. p.1).

Estando os processos de elaboração do currículo escolar subordinado a uma política de exclusão, conseqüentemente será reproduzida uma lógica de unidade, onde as individualidades dos alunos são negadas, por meio de uma seleção cultural restrita. Em outro discurso político, consiste na modernidade como argumento para sustentação da segregação entre cultura e educação.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Laurival Campos Cunha – Furo Nazário” foi criada no dia 05 de março de 1985, para atender uma demanda da comunidade pelo Governo Municipal de Barcarena, com o então, Prefeito Laurival Campos Cunha, que foi homenageado dando nome à escola. Localizada na entrada do Furo, conforme mapa 3.

Mapas 3 - Localização da escola no Furo do Nazário - Ilha das Onças.



Elaboração: Santos; Batista 2022.

O funcionamento da escola durante um período de três anos se deu no Salão Paroquial na Comunidade Santa Rosa, a princípio com uma sala de aula com 45 alunos atendidos com o sistema de ensino multiseriado, porém, com o crescimento da demanda passou a atender toda a clientela do entorno da comunidade e de rios que circundam a região, levando a impulsionar a construção de um prédio próprio em frente à Comunidade localizada no Furo Nazário às margens da Baía do Guajará, sendo inaugurada no ano de 1988, com 4 salas de aulas, atendendo alunos da alfabetização a 4ª série do Ensino Fundamental.

O prédio foi ampliado no ano de 2001, e possui uma estrutura com 10 salas de aula, uma biblioteca, uma copa e uma sala compartilhada entre: direção, professores, coordenação pedagógica e secretaria, com um total de 545 alunos, sendo atendidos por um quadro de apoio e administrativo formado por alguns moradores da Ilha, por uma equipe pedagógica com 5 técnicos e por um quadro de professores que somam 52, e com um corpo gestor composto por direção e secretária.

Figura 17 - Escola Municipal Prefeito Laurival Cunha.



Fonte: Santos, 2019- Trabalho de Campo.

No decorrer de sua existência, a escola vem desenvolvendo atividades educacionais, culturais, esportivas e sociais. Dentre as atividades, os tradicionais Jogos das Ilhas, que fazem parte de um calendário de atividades esportivas das diversas escolas das ilhas no município de Barcarena, é uma forma de socialização e interação entre essas escolas que têm em suas vivências, experiências que necessitam ser compartilhadas. Os jogos internos também são um momento de mobilização para a participação desse evento, onde a escola reúne seus alunos (atletas).

Todos esses eventos têm como objetivo, promover maior integração entre a comunidade escolar e seu entorno de modo geral, além de transformar o conhecimento local em ações de cidadania. São os encaminhamentos que estão estabelecidos no PPP da escola:

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da ESCOLA LAURIVAL CUNHA - FURO NAZÁRIO visa garantir aos atores sociais desta instituição a execução das ações coletivas pensadas e projetadas, a partir do diagnóstico das problemáticas, que possibilitem a implantação de ações objetivando uma gestão democrática e participativa que garanta um processo ensino-aprendizagem eficaz [...] se apresenta como um instrumento essencial na construção de uma escola pública, gratuita, democrática, coletiva e participativa, que atenda a multiplicidade de ações e interesses da comunidade escolar e os direcione para uma educação de formação

humana e cidadã, baseada em princípios éticos, com respeito às diversidades culturais, políticas, religiosas, de gênero, étnico-racial [...]. É muito importante que a escola esteja em **consonância com a realidade da comunidade local**. Haja vista que a **comunidade trabalha com a safra do açaí**, motivo pelo qual, em certo momento do ano, alguns alunos precisam se ausentar de algumas atividades da escola para **ajudar a família na coleta do fruto, que é o maior meio de renda das famílias na Ilha das Onças**.

[...] O trabalho de construção do projeto político pedagógico da Escola Laurival Cunha- Furo Nazário, especificamente no ato situacional, mostra que esta escola está inserida numa realidade que reflete as problemáticas enfrentadas pela maioria das escolas públicas brasileiras, situação agravada pela sua condição de ribeirinha, o que aumenta as dificuldades, a começar pelo acesso e garantia e permanência dada às condições próprias da região. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2020-2022, grifos nosso).

No contexto do PPP apresentado, a escola reconhece as particularidades do território e a realidade vivida pela comunidade, além dos fatores econômicos que refletem negativamente com a evasão escolar e positivamente garantindo renda para as famílias nos períodos de safra do açaí, reforçando os depoimentos da Diretora da Escola, “que os ausentes em sua maioria são do sexo masculino e no horário da manhã”. Para o período letivo de 2021, foram matriculados 99 alunos nos anos iniciais, 343 nos anos finais e 03 alunos portadores de necessidades especiais, distribuídos em 17 turmas. Não houve matrículas para as turmas de educação de jovens e adultos.

Apesar de possuir alunos que necessitam de atendimento especial, o município ainda não encaminhou profissionais capacitados ou qualificados para atuarem com essa demanda de alunos, que são atendidos pelos próprios professores que ao diagnosticarem tais necessidades encaminham à direção da escola e aos responsáveis.

Sendo assim, por meio do PPP da escola foi traçado o perfil dos alunos da escola,

-Em sua maioria, são nascidos na região das ilhas. Por ser na ilha há poucos recursos tecnológicos, não há iluminação pública, nem saneamento básico e o principal meio de locomoção e transporte é o barco.

- A maioria das famílias têm como geração de renda a coleta do açaí.

-Os **alunos cedo ajudam na geração de renda da família** na coleta do açaí. O que conseqüentemente leva alguns em determinado momento do ano letivo a se concentrarem na coleta do açaí e ai se ausentam da escola em determinados dias ou período, por isso é importante pensar o pedagógico tendo em vista esse período do ano letivo dos alunos.

- Os alunos têm muito apreço pelas atividades esportivas, internet, etc.

-Temos na escola alunos em **distorção idade-série**, e alunos em processo de alfabetização.

-Há alunos que **têm interesse em dar continuidade às atividades da família na coleta do açaí**, mas há os que têm interesse em outras atividades de emprego e renda, seja no mercado formal ou informal de trabalho.

A comunidade tem uma **diversidade cultural muito rica que também seria importante explorar para a construção da história desses alunos e famílias locais** e também para o interesse da cultura do município de Barcarena (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2020-2022, grifos nosso).

Por intermédio do perfil apresentado é possível identificar desafios ocorridos ao longo do ano letivo, relacionados especialmente com a necessidade de ampliação da renda das famílias, levando os discentes a se ausentarem da escola em determinados períodos do ano comprometendo assim seu desempenho no ensino-aprendizagem, e implicando no atraso nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

No curto período de aula presencial antes da pandemia foi possível realizar uma visita exploratória do lócus da pesquisa e realizar os registros fotográficos da escola e do transporte dos alunos pelas embarcações contratadas pelo município.

Figura 18 - Chegada dos alunos à escola.



Fonte: Santos, 2019 – Trabalho de Campo.

Dos professores que compõem o quadro da escola, apenas um professor pertence à Ilha, mas não reside, os demais são originários da capital paraense, todos com graduação e em alguns casos pós-graduação. Há na escola uma política de incentivo a capacitação continuada desses profissionais e que inclui também o corpo técnico. São 05 docentes responsáveis pelos anos iniciais e 13 docentes responsáveis pelos anos finais junto com a equipe técnica, serviços gerais e direção totalizando 25 profissionais. Funcionário que moram na Ilha são apenas 03, as (merendeiras), e o agente de portaria. Por estar suspenso o contrato com o governo do Estado, não há ensino médio regular na Escola Prefeito Laurival Cunha, levando estudantes da Ilha a frequentarem as escolas na cidade de Belém, a fim de manter a regularidade nos anos escolares. Essas despesas são custeadas pelos próprios pais dos alunos, deixando muitos jovens sem acesso a essa etapa da formação escolar causando assim, prejuízos na aprendizagem dos alunos do campo e ao mesmo tempo distanciando-os dos padrões estabelecidos pela sociedade. Na figura 18, a seguir o jovem Renan, retrata bem esse descaso do poder público com a educação do campo.

Figura 19 - Jovem Renan auxiliando no trabalho e sem frequentar aula.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Renan, de 18 anos é um dos jovens da comunidade que e foi impossibilitado de continuar seus estudos, uma vez que não pode custear as despesas para Belém. Desde os 12 anos esse jovem trabalha com o pai pilotando uma embarcação. Segundo ele, é nos finais de semana que o trabalho aumenta, devido ao transporte dos visitantes principalmente aos restaurantes do Furo.

Em sua fala o jovem lamenta por não frequentar o ensino médio na Escola Lourival Cunha, uma vez que o contrato com o governo do estado está suspenso por tempo indeterminado.

“[...] é estudo lá mas não tá começando, que começa as cinco horas e vai até as oito horas, oito e meia no máximo, de manhã eu tiro açai, quero fazer curso de maquinista, tenho dezoito anos, trabalho com meu pai desde os 12 anos quando comecei direto e conheço isso aqui tudinho (referindo-se ao furo e a Ilha das Onças) de ponta a ponta essa ilha maior que tem, varias comunidades e ainda tem os furinhos, tem pá mais de vinte mil família (acha que tem) a ilha toda é mais...lá tem a renda (referindo-se da Ilha) se tu tiver tu mercadoria tu pode ficar liso sem nenhum centavo no bolso, tu vai joga uma rede pega um peixe, pega o matapi camarão, lá não fica com fome, se tiver uma caça tu pega [...]” (Entrevista realizada em novembro de 2021, Renan, Comunidade Furo do Nazário).

Quando as políticas públicas não priorizam a educação do campo, os resultados estão nos prejuízos causados na aprendizagem dos alunos e sua formação para exercer sua cidadania, pensar na educação e direito desses sujeitos, requer desafios para os movimentos sociais como a seguir:

[...] Queremos participar diretamente da construção do nosso projeto educativo; queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto seres humanos, enquanto sujeito de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos de transformações necessárias em nosso país, enquanto cidadãos do mundo... (ARROIO, et. Al, 2011, p. 151).

A proposta do trecho segundo a autora reconhece as particularidade do campo e sugere uma educação do campo articulada, ou seja, os sujeitos da comunidade são os principais responsáveis *das* ações de elaboração e não *sujeito* às ações de educação. São ações que envolvem todos os aspectos, inclusive de condições de acesso, estruturais e materiais.

Diariamente é disponibilizado no trapiche do Ver-o-peso um barco contratado pela SEMED para condução desses funcionários, a fim de cumprir os turnos da manhã e tarde, o tempo estimado de travessia fica em torno de 20 a 30 minutos, em casos de mal tempo esse período pode aumentar ou a viagem ser cancelada, fato que ocorre principalmente no período de chuvas e como consequência suspensão das aulas.

Alguns moradores da comunidade do Furo do Nazário, durante o horário de condução dos funcionários, pela manhã ou à tarde, conseguem fazê-la sem custos, porém ficam submetidos aos horários da escola, já que o trapiche da escola também é utilizado como ponto de ligação ou entreposto para as outras localidades de Ilha.

Figura 20- Transporte de docentes e corpo técnico.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Na parceria escola com a comunidade podemos destacar a inclusão das famílias nos momentos de formação e eventos comemorativos, festividades, campanhas, gincanas, palestras e oficinas etc., bem como, de decisões no Conselho Escolar. A escola valoriza e compreende a relação com a família e que ambos são responsáveis em aprender e ensinar com base em suas vivências e experiências, reconhecendo os limites de contribuição da escola e suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, sendo primordial sua participação e colaboração, pensada em suas necessidades, detalhada em seguida por Caldart, 2011, p. 157:

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola a partir do projeto educativo dos sujeitos do campo tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas as práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo... prestando atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola a partir do seu lugar e dos sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação.

Com esses cuidados e atributos a educação ribeirinha pode ser construída e concedida uma identidade territorial, promovendo e atraindo as crianças e os jovens do campo fazendo-

os sentir orgulho de sua origem e de sua formação mais ampla. A escola pesquisada fica localizada na comunidade Furo do Nazário entre a capital Belém e o município de Barcarena.

No levantamento documental da escola foi possível identificar as comunidades que são atendidas pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Laurival Cunha, os alunos são provenientes de vários pontos da Ilha que são conduzidos pelos barcos cadastrados em cada comunidade, sendo o condutor responsável pelos alunos, como mencionado anteriormente.

As seguintes comunidades são atendidas pela escola: Furo do Nazário, Furo do Cavado, Araraquara, Furo da Laranjeira, Piramanha Alto, Piramanha Baixo, Furo Grande - Usina Vitória, Ilha da Mucura, Ilha Arapiranga, Comunidade Boa Nova, Tauera, Comunidade Fé em Deus, Comunidade Fé em Deus - Ponta de Cima, Beira da Costa-Furo da Laranjeira, Beira da Costa-Furo de baixo, Comunidade Madre de Deus, chegando ao um total de 17 comunidades da Ilha.

O território educativo é marcado pela diversidade de saberes reunidos na escola, reafirmando seu compromisso com a sociedade e com a educação do campo, como aponta Arroio et al. (2011):

[...] Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e a tecnologia socialmente produzidas e acumuladas. Mas também que contribua na construção e afirmação dos valores da cultura, das auto-imagens, e identidade das diversidades que compõem o povo brasileiro do campo.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação de conhecimento e cultura, valores e identidades da crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes o horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde de suas vivências, suas identidades, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais avançado no mundo (ARROIO, et al, 2011, p. 14)

Essa visão segundo os autores garante uma política educacional das comunidades ribeirinhas que valorize seus múltiplos saberes, e como também levou a considerar a especificidades do campo como um território trunfo das comunidades (FERNANDES, 2006), propondo ainda que o espaço da educação do campo é o território camponês, constituído por seus territórios.

O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e a organização política é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu

município, se seu país, do seu mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação. (FERNANDES; MOLINA, 2004).

O trecho apresenta que por intermédio da educação, acontece o processo de construção do conhecimento e isso só é possível com uma educação ribeirinha voltada aos seus interesses, suas urgências e suas identidades. Portanto com o movimento pela educação do campo, as escolas do campo devem reproduzir essa relação socioespacial com a finalidade de permanência desses povos no lugar, além do reconhecimento da sociedade da existência e dependência ressaltado pelos autores:

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social, confere a Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto. Também o papel de fortalecer a identidade e a autonomia das populações do campo e ajudar o povo brasileiro a compreender que não há uma hierarquia, mas uma complementariedade: *cidade não vive sem campo que não vive sem cidade*. (ARROIO, et al, 2011, p. 15)

Diante da proximidade da comunidade e com a capital paraense, é possível identificar essa dependência cidade-campo/campo-cidade, por meios dos excedentes de produção familiar na Ilha e a principal fonte de renda dos ribeirinhos com a comercialização do açaí, nas principais feiras livres, assim como a participação do estado por meio de políticas pública que reconheçam suas necessidades.

A dinâmica da escola com essa proposta é apresentada pela Sr^a. Diretora da escola que não mora mais na Ilha e sim em Belém, mas possui raízes com seus pais que ainda moram lá, assumiu a direção no ano de 2018 e relata a trajetória da escola com os alunos, projetos, relação com a comunidade e os desafios da escola ribeirinha a seguir:

[...] é porque tá em andamento (sobre o PPP) em construção, o PPP nunca é acabado a gente tentou no início do primeiro semestre, fizemos alguns ajustes, tá faltando na verdade a gente concluir as propostas que tem no PPP e os projetos a gente coloca várias situações, vários projetos dentro do PPP, mas não basta só tá lá, se não tem um projeto se não tem um anexo, a questão da barcoteca, questão do EJA, a questão da safra do açaí que ainda é um problema pra gente, da frequência entendeu? Tem a questão da evasão então pra cada problemática a gente tem que elaborar um projeto e tentar resolver essa situação né e ainda tá faltando é uns dois, acho que dois projetos serem concluídos entendeu? Pra gente poder anexar e encaminhar pra SEMED,..um projeto que tá em construção né...é tem porque é assim (Participação da comunidade na elaboração do PPP) tem coisas que específico da coordenação e dos professores, mas tem coisa que específico da comunidade, então foi apresentado pra comunidade, mas não houve tempo pra debater né, a gente apresentou as propostas aí com a questão da pandemia, com a questão da volta as aulas né, a gente

acabou voltando mais pra cá né, pra questão da aulas presenciais e deixou um pouco o PPP, que a gente ia retornar com ele quando o projeto tivesse pronto pra apresentar pra eles, né, olha vai ter o projeto do EJA, mas como vai funcionar esse projeto, qual a visão, qual o objetivo né, desse projeto, então é isso que ainda tá faltando é concluir com eles....o EJA só é a noite, mas faz dois anos que não tem o EJA néé o período da pandemia, aí assim, tivemos problemas com o EJA porque são alunos que vem e aí cansado, chega na escola com a iluminação muito ruim a noite na sala de aula é ruim, aí o aluno vem cansado, vem pra uma sala de aula, as vezes aí, uma iluminação ruim, uma infraestrutura ruim...porque as aulas não começam 7 horas, as aulas começam as 17 horas o EJA a noite, então o noite da gente aqui não é 19 horas é 17 horas e vai até as 21 horas né, então é bem diferente só que pro aluno chegar as 17 horas aqui, eles tem que sair 16, 15 para as quatro entendeu,as vezes ainda tá trabalhando e chega muito corrido, então é cansativo e quando ele vai chegar de volta, pra lá pra casa dele é lá por volta de 10 horas, 10 e meia dependendo da comunidade que ele mora aí no outro dia acorda cedo pra ir trabalhar, então tem que ter muita força de vontade né... (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sra. Raimunda, Escola Municipal Prefeito Laurival Cunha).

A diretora destaca as dificuldades de implantação dos projetos na escola, diante do contexto pandêmico e o limitado apoio da Secretaria de Educação e segue com a problemática da evasão escolar:

[...] a outra a gente teve uma evasão, uma desistência enorme dos alunos, as meninas e os meninos muito jovens se ajuntando arrumando família,na escola, na própria escola, a gente vê caso, tipo assim né, há 14 anos, agente tá com um caso aqui a menina tem 14 anos e menino tem 15 tão junto, ele faz o quinto ano, ela o sexto ou sétimo ano parece, já pensou, juntos morando juntos, marido e mulher.....é então a gente tá fazendo um projeto específico pra isso né porque tu acaba, em vez daquele período de namoro, não tu já vai morar junto, já vai ter tua mulher, em 2019 eu tinha dois irmãos né gêmeos, e quando foi agora, 2019-2020 pandemia, quando foi agora cadê os meninos não vem estudar?, não já tem mulher, tanto que eu me assusto quando eles vem aqui no posto (unidade de Saúde anexo à escola) e venho aqui na escola, olha professora vim lhe apresentar minha mulher, que diacho é isso de mulher rapaz, vai trabalhar estudar, mas aí eles diz não trabalhar a gente já trabalha, realmente, entendeu eu conheci o avó dessa garota como o senhor aceitou, menino novo, não mas ele é trabalhador, menino tem oque 17 anos mas é um cara que dá conta de sustentar a família.....tirando açai entendeu, então para que isso aqui isso basta....comodismo, poxa há é meu filho já acabou de estudar, mas o que ele tá fazendo qual a faculdade, não ele terminou o ensino médio, acabou de estudar o ensino médio, então essa perspectiva que é muito ruim da nossa comunidade né, e a ideia do EJA é um pouco isso....não uns não pensam em ir embora, outros não,... pois é. É por isso que pra mim, ainda o EJA, ainda vejo como um resgate da família, porque, a ideia, olha tem açai, o povo tem dinheiro, não tem açai o povo tá sem dinheiro, entendeu? (Entrevista realizada em novembro de 2021, Sra. Raimunda, Escola Municipal Prefeito Laurival Cunha).

Destaca a importância do manejo do açai na comunidade do Furo do Nazário e no contexto da Ilha como garantia de renda e base alimentar dos moradores:

[...] Os barqueiros, tipo assim, tinha açai tiravam o açai e vinham trabalhar, eles não estavam, recebendo mas tinha o açai deles pra manter, eles vendiam, compravam óleo e vinham trabalhar, esse ano a safra do açai foi fraca, foi muito rápido, ...secou muito o açai, então como secou, eles pararam de ganhar dinheiro, se eles pararam de ganhar dinheiro, como vão comprar o óleo todo dia pra chegar na escola, daí então a ideia do EJA é chamar a responsabilidade também pra escola, porque se eu só sei apanhar açai e eu só sei tirar o açai, mas quando não tem açai o que é que eu vou fazer?...aí eu tenho mato, tenho um terreno enorme, entendeu? Eu tenho a possibilidade enorme de fazer criação de frango, de peixe, de porco, plantar, fazer a como é, fazer a, aqui a gente fala da...meu Deus do Céu, do açai,..o manejo, se eu tenho um terreno grande aqui, esse manejo aqui esse ano vai dar essa faixa assim de açai, quando terminar aqui, tem uma outra ponta, aqui a gente chama de ponta, numa outra ponta, outro pedaço que dê pra tirar açai....é o terreno, outra parte do terreno, então eu demarqueei meu terreno pra tirar 4 pontas uma pra tirar no verão e outra no inverno, pois é, quando acaba aqui esse aqui tá dando...mas pra isso tem que saber, plantar...manusear, fazer o manejo mesmo.....isso também eu acho que deve ser organizado,não tem,

Segue propondo a importância da escola na formação da cidadania dos alunos ribeirinhos e a necessidade de mantê-los na comunidade, assegurando as suas marcas de territorialidade e identidade com o território, como descreve a seguir:

[...] a escola não tem essa visão, dessa responsabilidade que também pra gente enquanto escola, porque nós queremos que os alunos concluam o ensino médio, queremos, queremos que eles cheguem no nível superior, queremos, queremos que ele saia da terra? Não, não queremos, queremos que eles fiquem na terra mas com condições de sobrevivência de viver entendeu, então quando tu coloca é quando tu da possibilidade dele aprender a criar, a plantar, né a manusear né, então quando tu educa ele financeiramente, porque quando eu ganho 4 mil, digamos aqui uma apanhador de açai ganha 4 mil em dois meses, depois ela passa 6 meses ou 8 sem ganhar nada, que que eu vou fazer com esse dinheiro que eu ganhei né, como é que eu vou fazer pra que quando acabar o açai, eu tenha dinheiro....então isso, aí eu conversei com os professores, conversei com a coordenação, conversei com toda equipe da escola, principalmente com os que moram aqui na ilha, nós fizemos esses levantamento e conversei já dentro da SEMED né e também conversei com o assessor do prefeito e vê o pouco da ideia, acho que a escola tem essa responsabilidade tem esse dever de ajudar esse povo, entendeu? Porque eu acho que seria um atrativo, vai ter as aulas normais, né português, matemática, mas tudo voltado pra dentro da sobrevivência, da reeducação financeira e também da questão agricultura familiar, porque olha só, a SEMED manda frango pra gente, a SEMED manda frutos pra gente, legumes, manda frutas, porque também não investir nessa produção dos nossos alunos, dos pais dos nossos alunos da nossa comunidade pra servir como merenda escolar.....então que dizer que aí a gente poderia, eu acredito que a questão da cria do frango, toda a criação de frango deveria ser abatida para merenda escolar, então a prefeitura compraria, né todo tempo vai ter sempre como vender né,....gera renda, entendeu e circula abem interessante, eu conversei com um vereador, ele gostou muito, e falou, não professora a gente pode fazer isso como projeto de lei, eu vou lá semana que vem, ir lá em Barcarena pra ver o que a gente consegue, porque isso já é pra ano que vem quando voltar as aulas presenciais, esse ano a gente não consegui fazer quase nada.....então a gente tá fazendo isso...(Entrevista realizada em novembro de 2021, Sra. Raimunda, Escola Municipal Prefeito Laurival Cunha).

A problemática de evasão escolar por alunos que realizam matrimônio muito jovem e são obrigados a abandonar a escola para sustentar a família, as complicações da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que estão suspensas, já que os alunos não conseguem acompanhar os horários disponíveis pela escola, devido ao deslocamento de outras localidades até a escola, custos com combustível, condições estruturais da escola e o principal deles que são as jornadas de trabalho no campo. Juntando todos esses fatores, os alunos que geralmente são bases de sustentação da família não encontram motivação para dar continuidade nos estudos na Ilha, permanecendo assim, altas taxas de analfabetismo no campo.

Também há propostas de projetos para o manejo do açaí e outros meios de produção nas propriedades das famílias, por intermédio de iniciativas na escola, a fim de garantir renda durante o ano inteiro para a comunidade, com o fornecimento dos itens da merenda escolar para a escola pelas famílias, diante dessas questões, Fernandes (1999) tem como perspectiva para educação do campo “de criar condições reais de desenvolver este território, de desenvolver o espaço do campo a partir das potencialidades de seus sujeitos”. A escola pode contribuir com os ribeirinhos na construção de políticas que garantam sua permanência em seu território e desenvolvam atividades coordenadas a partir de sua experiência com a terra, com os rios, e com a floresta.

Carregam suas territorialidades por meio de suas práticas de reprodução no espaço, relações sociais e identidade que podem ser reforçados com a educação segundo Fernandes,

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo.

Por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades. (FERNANDES; MOLINA, 2004).

O projeto de educação que atenda a particularidade dos ribeirinhos em seus territórios só será possível com a participação desses sujeitos no processo de construção desses espaços,

cabe ao Estado identificar e reconhecer sua diversidade e por fim garantir o direito à educação conforme prevê a legislação. Cabendo admitir que seus saberes populares são essenciais e que garantem sua existência/resistência diante das constantes mudanças causadas pela globalização. Dentre os elementos que compõem esse espaço, o professor é um dos principais protagonistas na construção de uma educação com qualidade, na educação ribeirinha as ações pedagógicas devem estar voltadas para questões sociais, econômicas, geográficas e culturais.

Desafios da docência ribeirinha na Escola Laurival Cunha

Compreender a relação do professor e o aluno da escola ribeirinha no contexto da educação do campo, que por meio de sua luta por igualdade na aprendizagem, considera os seguintes elementos como essenciais na construção dessa educação: saberes culturais, as experiências do cotidiano, o significado do território e sua representatividade simbólica no espaço desses sujeitos. Diante desses elementos torna-se desafiador o processo educacional ribeirinho, sendo necessário defronte desse cenário a criatividade e imaginação docente, a fim de incluir todos esses elementos na educação ribeirinha, nesse sentido, Loureiro (2007), a seguir, descreve como esse processo deve ser realizado, com o propósito de evitar o fracasso escolar:

[...] um processo de desenvolvimento social integral, que busca uma real diminuição da desigualdade, deve passar necessariamente, pelo acesso a uma educação de qualidade, que seja útil para a vida cotidiana, para o exercício pleno da cidadania e como via de acesso ao futuro a um emprego digno. Deve ser capaz de atrair ou mesmo, empurrar para dentro e manter crianças e jovens numa boa escola, resgatando as massas hoje excluídas da educação e da cultura em geral (LOUREIRO, 2007, p.26).

A fim de evitar ainda mais os prejuízos na educação ribeirinha, Loureiro destaca a educação por intermédio da escola que deve ser construída com a finalidade de atrair e manter os discentes nesse ambiente, proporcionando uma formação para exercer sua cidadania e com resultados que garanta sua autonomia.

Na Escola Laurival Cunha, como na maioria das escolas ribeirinhas, um dos primeiros desafios estão na condição de chegada à escola, onde diariamente necessitam realizar escaladas entre os portos que estiverem disponíveis em Belém, devido às variações da maré e de tempo com as embarcações fretadas pelo município. Em sua maioria, os professores na busca de melhores salários, possuem matrículas em diferentes municípios, e os deslocamentos

tornam-se cansativos, refletindo no desempenho em sala de aula, a distorção pedagógica de uma escola para outra, escola urbana x escola do campo também traz consequências na aprendizagem dos alunos.

Os professores Renato Leão e Luiz Cláudio da Escola Municipal Laurival Cunha, apontam que os discentes do ensino fundamental possuem conhecimentos geográficos, devido sua relação cognitiva com o local onde vivem de um contato direto e cotidiano com o espaço vivido. O ensino de geografia nesse ambiente ribeirinho reforça o compromisso da disciplina, o de desenvolver os modos de pensamento geográfico, captar a realidade e despertar também o pensamento crítico nos alunos. Nesse processo de aprendizagem é preciso considerar os conceitos cotidianos envolvidos na escola, alinhados aos conceitos geográficos mais comuns de paisagem, lugar, região, natureza, sociedade e território.

Nas aulas do professor de geografia, os alunos são diferenciados dos alunos de Belém, que mesmo com todas as dificuldades, consegue observar o esforço e vontade em aprender:

Os alunos da comunidade, apresentam mais disposição em aprender geografia, mesmo com toda precariedade da escola, são utilizadas a paisagem da floresta, dos rios e a convivência no lugar. O modo de ensinar é peculiar e a formação do professor na academia não contribui com a real necessidade em que, tais alunos estão inseridos, não aprendemos na faculdade a improvisar ou se adaptar a problemas crônicos. No início foi um enorme impacto, principalmente nos primeiros dias de aula, começando pelo percurso e aflito com a travessia do ver-o-peso até a escola e vice-versa, rezando para que o mal tempo não chegasse. Mas a necessidade de trabalhar e a convivência com os alunos ribeirinhos foram incentivos necessários para superação e autonomia de lecionar geografia na Ilha (Entrevista realizada em novembro de 2021, professor Luiz Cláudio, Escola Municipal Laurival Cunha).

As dificuldades e os perigos fazem com que alguns professores desistam de atender as escolas ribeirinhas, outro ponto citado pelo professor está voltado para a formação acadêmica, que não prepara o docente “para ação pedagógica como eles esperam e / ou necessitam para educação em escolas ribeirinhas” (HAGE, 2013).

Na aula de Estudos Amazônicos do professor, abordando o assunto sobre paisagem foi observado na participação individual dos alunos as interações, através de exemplos, estavam sempre ligados com seu entorno de vivência com a natureza, seus caminhos pelos rios e o que acontecia nesse percurso. Quando perguntou aos alunos “O que é paisagem?” obteve algumas respostas curtas e interessantes: O aluno Lucas Trindade, 6º ano do ensino fundamental, com 11 anos de idade, respondeu que: “paisagem é quando olha pela janela de sua casa na beira do

rio e vê uma canoa passando”, já a aluna Camila Teixeira, 6º ano do ensino fundamental e 11 anos de idade, respondeu que: “paisagem é o que ela olha quando vem pra escola” se referindo a floresta e a cidade lá longe.

Pode-se confirmar nesse trecho o objetivo básico da geografia na escola, que é formar um pensamento geográfico, pensamento espacial em geral estruturado para compreender e atuar na vida das pessoas, principalmente quando o educando está na fase do desenvolvimento cognitivo que corresponde ao ensino fundamental. A observação empírica do cotidiano dos alunos foram elementos primordiais na descrição do lugar o que em geografia é um dos métodos utilizados para descrever *in loco*, no próprio local e de forma direta a paisagem.

A atividade foi desenvolvida pelos professores com o propósito de destacar o domínio visível dos alunos, o domínio aparente, de tudo que a nossa visão alcança e o que é vivido em suas mentes. O exercício com paisagem revela as relações de produção da sociedade, seu imaginário social, suas crenças, seus valores, seus sentimentos. Mesmo com a falta de material didático em seu depoimento, as dificuldades estão presentes, mas sente-se satisfeito por ser natural do Furo do Nazário e poder contribuir com a educação na Ilha:

“Um dos grandes desafios do ensino de geografia nos espaços ribeirinhos está ligada a falta de recursos didáticos (livros), que são essências no ensino-aprendizagem dos alunos, principalmente nos de formação inicial, que além da teoria trabalhada em sala de aula as figuras, paisagens, ilustrações, fotos e mapas conseguem conceber melhor compreensão do assunto abordado. Outro ponto que só é comum aqui na escola ribeirinha é a transposição dos conteúdos no quadro branco demandando quase o tempo todo das aulas, já que nem todos os alunos possuem a mesma habilidade de copiar, tornando a aula exaustiva para os alunos. Por outro lado, por ser natural do furo do Nazário é muito gratificante dar aulas na escola que fez parte da minha infância e minha contribuição é utilizar meus conhecimentos do lugar e experiência, preservando o sentimento de pertencimento do lugar como espaço vivido e sentido com as práticas cotidianas e banais da comunidade. Por dar aula em outro município tive que ir morar me Belém” (Entrevista realizada em novembro 2021, Professor Renato Leão, Escola Municipal Laurival Cunha).

Diante das demandas atuais, o docente de geografia deve, além dos conhecimentos acadêmicos, atender as necessidades da sociedade, norteando suas práticas educativas sendo mediador/interlocutor com a visão de que os professores devem ser profissionais crítico-reflexivos, ou seja, intelectuais autônomos que mobilizam saberes teórico-práticos por ele internalizados ativamente e, com base nisso, tomar decisões conscientes sobre como agir na dinâmica cotidiana de sua profissão.

Cabe ao professor ribeirinho a responsabilidade de diminuir a distância entre a sala e a cultura, entre conceito e realidade que vivenciam os alunos, o professor Waldir Abreu (2018) salienta que as políticas educacionais brasileiras quando pensam a educação não tem um olhar do que é o Brasil como um todo, de suas particularidades. O reflexo desta postura aparece no currículo que é urbano, alerta o pesquisador. “Uma política educacional verdadeira não tem que ser preparada para os ribeirinhos, mas tem que ser construída com eles e a partir deles” (ABREU, 2018). É necessário ressaltar mais uma vez que as práticas educacionais que se aplicam a uma realidade urbana, nem sempre é empregada à realidade das comunidades ribeirinhas.

Portanto, para que o currículo realmente atenda as especificidades dos sujeitos e também esteja conectado as dimensões políticas e sociais destes, é necessário que seu foco seja a realidade cultural, de maneira que contenha os conteúdos e métodos, que vise as necessidades de apropriação dos saberes culturalmente pertinentes, a cada realidade educacional.

O educador ribeirinho supera seus limites desempenhando atividades que não fazem parte de seu cotidiano, as precariedades enfrentadas como: salas escuras, sem isolamento acústico (durante a visita na sala de aula, foi observado confronto de disciplinas de outras salas e corredores da escola, comprometendo a concentração e rendimento escolar dos alunos), conforme mostra a figura 22, seus deslocamentos em caminhos perigosos, atravessar rios, enfrentar animais entre outros desafios, define-o como um docente diversificado do educador urbano. A criticidade que o docente deve possuir no desenvolvimento de um ensino diversificado, reconhecendo a relação com a natureza socialmente construída e o modo pelo qual convive com a sociedade. Respeitando a realidade e o conhecimento do educando, somente assim, despertará a curiosidade crítica, levando-o a pensar sobre sua realidade.

Figura 21 - Sala de aula com alunos do 6º ano.



Fonte: Santos, 2021 - Trabalho de Campo.

Compreender as dificuldades que ocorrem durante a prática da educação ribeirinha, significa entender o quadro no qual ela se encontra, ou seja, um conjunto complexo de elementos e as particularidades que cada caso nos fornece. Os principais desafios na escola ribeirinha estão em torno de questões sociais, geográficas, culturais e falta de assistência dos agentes públicos que tentam ocultar o conjunto de saberes, experiências e relação com espaço vivido das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação para todos em iguais condições é uma das premissas das lutas e desafio da educação do campo, mobilizar a sociedade para reconhecer as particularidades do território e a importância da territorialidade construída pela vivência das comunidades na Amazônia, torna-se um caminho. A inclusão desses sujeitos nos debates ou propostas para a educação do campo ou demais ações que envolvam a relação socioespacial dos ribeirinhos é de suma importância para garantir sua permanência no campo, afirmação no território e representação política da categoria, esta última que vem alcançando conquistas significativas por meio de debates e confrontos com o Estado e agentes públicos na busca pela visibilidade/soluções de suas necessidades.

Reconhecer os saberes ribeirinhos no território educativo que estão presentes em todos os momentos do cotidiano, modos de produção, autossuficiência, crenças, religiosidades, irmandades, espírito de cooperação, parentesco e todos os sentimentos que estão enraizados nas comunidades a beira dos rios, são condições que validam a identidade com o espaço onde vivem, resistindo para continuar existindo. Os moradores da Ilha das Onças carregam por meio de suas atividades esse sentimento de pertencimento com o lugar, em especial os moradores da comunidade do Furo do Nazário.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Prefeito Laurival Cunha, na comunidade do Furo do Nazário, possui papel relevante no contexto da educação do campo, visando através da escola, à valorização das distintas culturas ribeirinhas, percebendo seus processos de interação e transformação. Apesar destes avanços na construção de práticas educativas assentada na identidade territorial, persiste muitos desafios para a sua efetiva construção. Destacam-se as estratégias pedagógicas para atender as demandas dos alunos da comunidade, como constatado no trabalho *in lócus*. Além disso, os saberes ribeirinhos e suas temporalidades não são prioridades no currículo e nem tão pouco no planejamento escolar, limitando-se a atividades específicas, a exemplo, das olimpíadas da Ilha, que nos últimos três anos, não ocorreram. Durante a safra do açaí, verificou-se alto índice de ausência dos meninos que atuavam significativamente na ampliação da renda da família nesses períodos. Para os professores permanecem os desafios de docência no campo em todos os aspectos.

O descompasso da articulação do currículo com a cultura ribeirinha está explícito na Escola Municipal “Laurival Cunha”, nos relatos dos professores de geografia, Estudos Amazônicos, e demais membros da escola, além dos alunos do 6º ano do ensino fundamental.

Repensar o planejamento escolar ribeirinho, para atender as necessidades do lugar é mais que um desafio epistemológico, é dar validade a conhecimentos que são específicos e indispensáveis das populações ribeirinhas.

Na educação ribeirinha deve ser levado em consideração à experiência cotidiana dos alunos em sua aprendizagem, o discente como sujeito ativo de seu processo de formação e desenvolvimento intelectual e o professor como mediador do processo de formação colaborando com a inter-relação entre os sujeitos e os objetos do conhecimento.

Portanto, a educação ribeirinha segue na “contramão” das necessidades e particularidades dos sujeitos do campo, e a escola não consegue priorizar os saberes da mata, dos rios e culturais, persistindo no modelo criado pelos que não habitam esses espaços. Por fim, essa dissertação tem caráter de reflexão temporária e suas afirmações ou indagações estão totalmente abertas à discussão em todas as esferas acadêmicas, além das incessantes lutas pelos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARROYO, M. G. “**A Educação básica e o Movimento Social do Campo**”. In: ARROYO, M.G. & FERNANDES, B. M. **A Educação básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Coleção Por uma Educação básica do Campo, n.2, 1999.
- ABREU, Waldir Ferreira de, OLIVEIRA, Damião Bezerra e SILVA, Érbio dos Santos (Orgs.). **Educação Ribeirinha: Saberes, vivências e formação no campo**. 2ª ed. GEPEIF-UFPA, 2013.
- ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas; guardiões de matas e rios**, 2º ed. Belém, CEJUP/UFPA – NAEA, 1998.
- BRASIL, Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 316, 08 fev. 2007.
- BRASIL, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cultivo do Açaizeiro para Produção de Frutos**, Circular Técnica, 26, Belém, PA, Junho, 2002.
- FERNANDES, B. M. MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. JESUS, S. M. S. A. de. (Org.) **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. (Coleção: Por uma Educação do Campo – Vol. 5). p. 53-89.
- FABRINI, João Edmilson. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas**. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-272.
- FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- CAMPOS, Magalhães, R., GOMES, de Oliveira, E., CUNHA, Albuquerque, A., & de Abreu Aquino, R. (1). **ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE EROSÃO DE MARGENS E MOVIMENTOS DE MASSA NA COMUNIDADE DO DIVINO E. SANTO – AM (BRASIL)**. **Revista Geográfica De América Central**, 2(47E). Recuperado a partir de <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2586>, acesso em: 18/09/2021.
- CONCEIÇÃO, Antônio Tavares da & GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **Subsídios para um Estudo da História do Município de Barcarena**. Barcarena, PA.1999. Mimeo, 201p.

CRUZ, do Carmo Cruz. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra**, Goiânia, Ano 22, v. 1, n. 26, p. 63-89, Jan-Jun/2006.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**, Tese de (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CALDART, R.S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In : KOLLING, J.E.; CERIOLI, P.R.& CALDART, R. S. (ORGS). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação por uma educação do campo. Coleção por uma Educação do campo, n.04, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; ARRUDA, Rinaldo (Orgs.). (2001), **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente.

DIEGUES, Antonio Carlos. Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. In: Anais do I Encontro Internacional: Governança da Água – PROCAM/NUPAUB/USP – Gov. São Paulo. São Paulo, nov. 2007.

FERNANDES, Valdelira Lia Araújo; VICENTINI, Rafaela Nascimento; BATISTA, Vandick da Silva. Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru, Amazonas.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (Org). Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais, Manaus: EDUA, 2007.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Inventário da Flora da Região de Barcarena, Pará. Belém, PA, 2002. Mimeo, 198p.

GREGÓRIO, Aderson Manoel da Silva; MENDES, Amilcar Carvalho.

Batimetria e sedimentologia da baía de Guajará, Belém, estado do Pará, Brasil, Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009.

GONÇALVES, Porto. Carlos. Walter. Amazônia, Amazônia. São Paulo: Contexto, 2010.

GOMES, V. L. B. Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão no Estado do Pará. In: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. (org.). O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: UFPE, 2012.

LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

- MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: **Campesinato e territórios em disputa** [S.l: s.n.], 2008.
- MEDEIROS, Leonil de Servolo de. “Dimensões Políticas da Violência no Campo”. Tempo, Ano 1, n. 1, pp. 126-141, 1996.
- MIRANDA, L. M. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 81–92, 2015. DOI: 10.20396/lobore.v9i2.8635579. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8635579>. Acesso em: 16 maio. 2022.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Inventário da Flora da Região de Barcarena**, Pará. Belém, PA, 2002. Mimeo, 198p.
- NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun.2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n45p65>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- OLIVEIRA, Ivanilde (org.). **Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. 2ª ed. Belém: EDUEPA, 2008. (Coleção Saberes Amazônicos, nº 01).
- OLIVEIRA NETO, A.C. **O território e sua relação com a educação do campo em comunidades rirais-ribeirinhas na Amazônia**. In: Revista Maré- Ano I, nº1, 2011.
- PEREIRA, E. A. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói: [s.n], 2014.
- PEREIRA, E.A.D. **O campo ribeirinho: educação escolar e território na Amazônia**. In: SOUZA, D. (Org.) Povos Ribeirinhos da Amazônia: educação e pesquisa em diálogo. Curitiba: CRV, 2017, p. 31-52.
- PRODANOV, C. C; Freitas, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SANTOS, Milton. et al. 2000. O papel ativo da geografia: Um manifesto.

Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos.

SUERTEGARAY, D. M. A. (2009). Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**/ 4(7), 64-68. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>, acesso em: 08/11/2021.

APÊNDICES

APÊNDICE– I - Roteiro - Trabalho de Campo

Dias: 04, 05, 06, 08 e 09 de nov. 2021. – junho 2022

Na escola:

- 1 - Observar a partir do PPP, se sua organização atende as necessidades da comunidade e se houve participação dos moradores;
- 2 - As condições de funcionamento de uma escola ribeirinha;
- 3 - Se há algum “projeto” que valorize e resgate os saberes culturais, trabalho, modos de vida, religiosidade, crenças dos ribeirinhos;
- 4 - Festejos da comunidade na escola;
- 5 - Relação/Participação da comunidade na escola;
- 6 - Deslocamento dos alunos e corpo docente;
- 7 - Confirmar a quantidade de comunidades atendidas;
- 8 - Funcionamento da escola durante o distanciamento social e pós-vacinação;
- 9 - Corpo Docente:
 - a) Formação;
 - b) Se há professores da Ilha;
 - c) Ministram aula em outras escolas;
 - d) Relação com os alunos ribeirinhos e seus saberes;
 - e) Relação com a escola;
 - f) Desenvolvimento das atividades docentes durante a pandemia na comunidade;
 - g) Ensino de Geografia na sala de aula.
- 10 - Alunos:
 - a) Que representa a escola para os alunos da comunidade?
 - b) Quantos alunos da mesma família na escola – Secretaria.
 - c) Frequência e evasão;
 - d) Se trabalha em casa com os pais na geração de renda, além de estudar?
 - e) Relação escola comunidade, atividades didático pedagógicas que contemplam a os modos de vida e produção da comunidade, Quais?

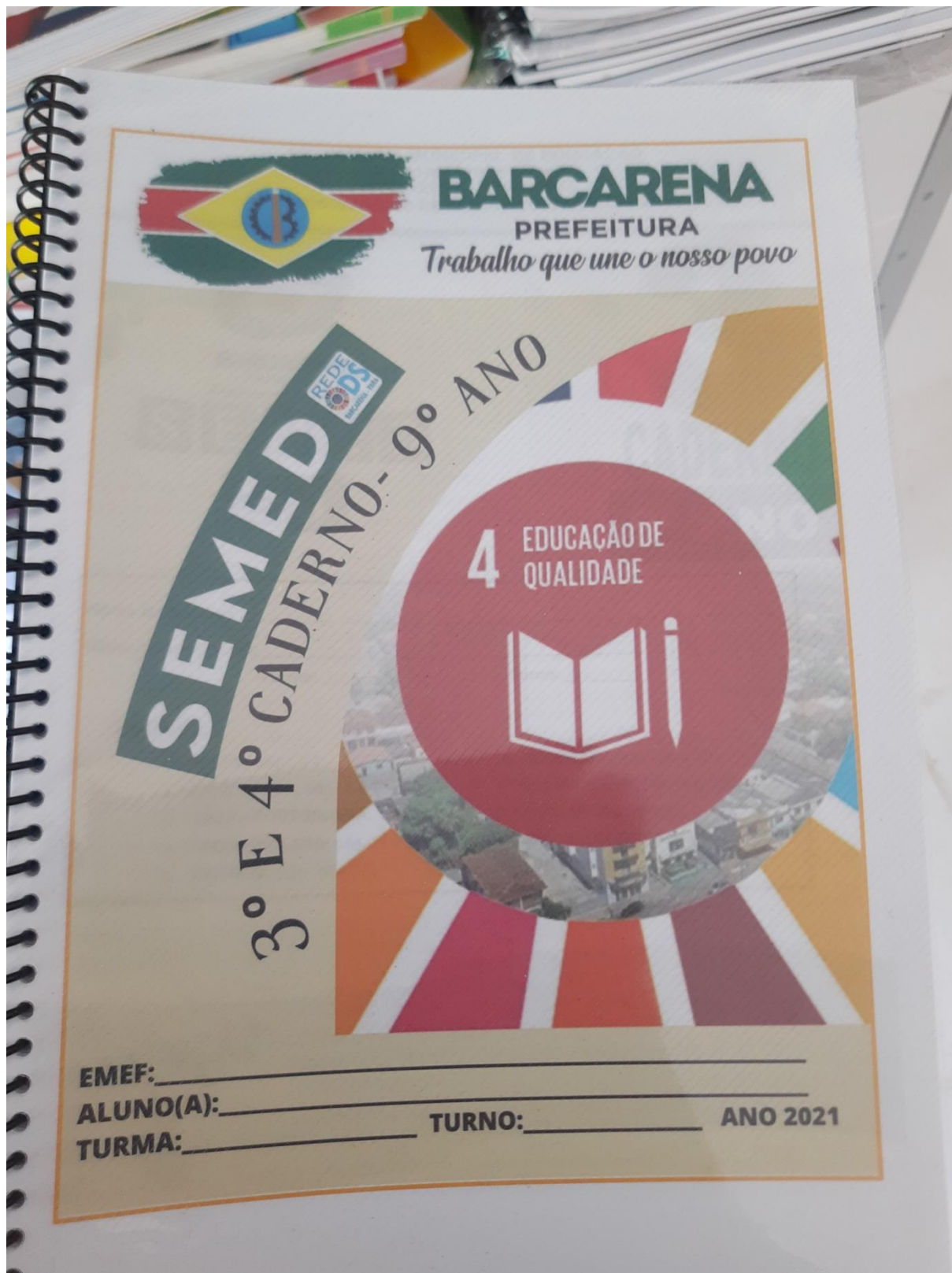
Comunidade Furo do Nazário – Ilha das Onças.

- 1 - História, festejos e religiosidade da comunidade;
- 2 - Principais atividades desenvolvidas e que geram renda;
- 3 - Subsistência das famílias;
- 4 - Outras fontes de renda?
- 5 - Políticas de assistência social na Comunidade e na Ilha;
- 6 - Representação da comunidade (Associação de pescadores, moradores, Centro Comunitário, Igreja).
- 7 - Novos empreendimentos na comunidade e Ilha;
- 8 - Acessos ao furo do Nazário;
- 9 - Relação com o Centro urbano de Belém, devido sua proximidade;
- 10 - Relação com o trabalho e saberes tradicionais.
- 11 - Particularidades da comunidade (paisagem, vegetação, pesca, embarcações);
- 12 - Importância do território para comunidade?
- 13 – Identidade com a Ilha?


APÊNDICE– II - Distribuição da condução dos alunos por comunidade**E M E I F Prefeito Laurival Cunha – Nazário****Nome do B/M: MUHAMMED****LOCALIDADE: Furo Grande / Vitoria****Nome do condutor: Antonio Cascaes****telefone: 99141 2992****Turno: Manhã**

Nº	ALUNO	TURMA
1. 03	AMABILY FERNANDA PEREIRA DE JESUS	8ºMA
2. 05	CYANE CAROLINE RODRIGUES DE SOUSA	4º ANO
3. 07	DAVI DOS SANTOS LEONES	4º ANO
4. 08	DAVID LORRAN PEREIRA RODRIGUES	MULTET MA
5. 12	DANIELE MORAES MONTEIRO	7º MA
6. 15	ISABELLY DA CRUZ SOUSA	7º MA
7.	JAMILLY CORREA	MULT MA
8. 19	JOSÉ WALACE MONTEIRO PEREIRA	6º MA
9. 21	KEIZE DA COSTA DO ESPIRITO SANTO	4º ANO
10. 22	KELVIN PAIXÃO	MULT MA
11. 23	LAIS DE ALMEIDA SILVA	4º ANO
12. 24	LEONARDO ALEYXON PEREIRA DE OLIVEIRA	MULTET MA
13. 25	LUISE DE ALMEIDA SILVA	4º ANO
14. 26	LUIZ INÁCIO BRAGA DA COSTA	8º MA
15. 29	MAYSON MICAEL	MULT MA
16. 30	MIGUEL DE JESUS	MULT MA
17. 31	PAMELA LOISE DE JESUS SILVA	4º ANO
18. 32	PAULO GABRIEL DE JESUS DA SILVA	MULTET MA
19. 36	VALBSON VANDRO PEREIRA	6º MA
20. 37	VALMIRGLISON PEREIRA DE JESUS	5º ANO
21. 38	YURE WILLIAMES FERREIRA	MULT MA
22. 39	MOISÉS CRISTIAN DE JESUS LIMA	6º MA
23.	EVELLIN SOPHIA OLIVEIRA DE JESUS	MULTET MA

APÊNDICE- III – Caderno de atividades



APÊNDICE IV – Caderno de respostas



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO
SETOR TÉCNICO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL II

CARTÃO RESPOSTA CADERNO 4

Escola Municipal: _____
 Nome do Aluno(a): _____ Nº _____
 9º ANO Turma: _____ Turno: (M) (I) (T) DATA: ___/___/2021

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 50 questões que estão numeradas de 1 a 50.
2. Preencha o quadro acima com seus dados usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
3. Não dobre, não amasse nem rasure o CARTÃO-RESPOSTA. Ele não poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras a, b, c, d, e. Apenas uma responde à questão correta.
5. No CARTÃO-RESPOSTA, marque, para cada questão, uma única letra correspondente à resposta certa, preenchendo todo o espaço compreendido no círculo, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Marcando mais de uma opção, a questão será anulada, mesmo que uma das respostas esteja correta.
6. Devolva apenas o CARTÃO-RESPOSTA na data definida pela escola. Esteja atento à data de devolução!
7. O caderno de Atividades fica com o anulo para fins de conferência do resultado e auto avaliação.

CARTÃO - RESPOSTA – ALUNO(a)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
A →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔A
B →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔B
C →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔C
D →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔D
E →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔E
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40		
A →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔A
B →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔B
C →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔C
D →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔D
E →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	↔E
	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50												
A →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											↔A
B →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											↔B
C →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											↔C
D →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											↔D
E →	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											↔E

ESPAÇO DO(a) PROFESSOR(a)

CADERNO 4

• Acertos: _____

• Pontuação: _____

ASSINATURA DO (A) PROFESSOR (A)

APÊNDICE V – Extrato da carta de serviços 01 – SEMED Barcarena-PA.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS POR ENDEREÇO			
E. M. E. I. F. Professor João Queiroz Magno	Rural	Rodovia PA 151	Km 18
E. M. E. I. F. Ramal Santa Maria	Rural	Rodovia PA 151	Ramal Santa Maria
E. M. E. I. F. Santa Cecília	Rural	Ramal do Cruzeiro	Ramal do Cruzeiro
E. M. E. I. F. Santa Joana	Rural	Traqualeua	Baixo Cabresto
E. M. E. I. F. Santa Luzia	Rural	Sítio Caravelas	Rio Cabeceira Grande
E. M. E. I. F. Santo Antônio	Rural	PA 151 Ramal São João	Sítio Santo Antônio
E. M. E. I. F. São Felipe	Rural	PA 151 Km 6	Vila São Felipe
E. M. E. I. F. São Sebastião	Rural	Rodovia PA 151 Km 12	Sítio São Sebastião
E. M. E. I. F. Sucuriju	Rural	Rodovia Moura Carvalho	
E. M. E. I. Tia Zita	Rural	Rodovia Moura Carvalho, 48c	Colônia da CDI
E. M. E. F. Ilha Macaco	Rural	Ilha Macaco	
E. M. E. F. Prefeito Laurival Campos Cunha	Rural	Rodovia Transtrambioca, 04	Ilha Trambioca
E. M. E. I. F. Araquissal	Rural	Rio Araquissal, S/rº	
E. M. E. I. F. Bom Jardim	Rural	Sítio Bom Jardim	Rio Arauaia
E. M. E. I. F. Bom Jesus	Rural	Rio Carnapijó Sítio São João	Ilha das Onças
E. M. E. I. F. Cônego Eugênio G. Pantoja	Rural	Furo Arrozal	
E. M. E. I. F. Eduardo Francisco Ambé	Rural	Comunidade do Poção	Ilha Trambioca
E. M. E. I. F. Flecheira	Rural	Ilha do Arapiranga, S/rº	Flecheira
E. M. E. I. F. Furo Conceição	Rural	Furo Conceição	Ilha das Onças
E. M. E. I. F. Furo das Laranjeiras	Rural	Furo das Laranjeiras	Ilha das Onças
E. M. E. I. F. Idália da Silva Gurgel	Rural	Comunidade Jacarequara	Ilha Trambioca
E. M. E. I. F. Ilha Mucura	Rural	Ilha Mucura	
E. M. E. I. F. Jandiaquara	Rural	Ilha Arapiranga	
E. M. E. I. F. João Pantoja de Castro	Rural	Rio Guajara da Costa	Ilha Trambioca
E. M. E. I. F. Jupariquera	Rural	Rio Jupariquera	Ilha Arapiranga
E. M. E. I. F. Landy	Rural	Ilha das Onças	Vila Tauerá
E. M. E. I. F. Madre de Deus	Rural	Furo Madre de Deus	Ilha das Onças
E. M. E. I. F. Marilda Nunes	Rural	Ramal do Utinga-Acu	Ilha Trambioca

APÊNDICE VI – Extrato da carta de serviços 02 – SEMED Barcarena-PA.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS POR ENDEREÇO

<i>E. M. E. I. F. Nossa Senhora da Conceição</i>	<i>Rural</i>	<i>Rio Araraquara</i>	<i>Ilha das Onças</i>
<i>E. M. E. I. F. Piramanha</i>	<i>Rural</i>	<i>Rio Piramanha, S/r^o</i>	<i>Ilha das Onças</i>
<i>E. M. E. I. F. Prefeito Laurival Cunha</i>	<i>Rural</i>	<i>Furo do Nazário, S/r^o</i>	<i>Ilha das Onças</i>
<i>E. M. E. I. F. Rio Cafezal</i>	<i>Rural</i>	<i>Rio Cafezal</i>	<i>Rio Cafezal</i>
<i>E. M. E. I. F. Sacaia</i>	<i>Rural</i>	<i>Ilha São Mateus</i>	<i>Rio Camapijó</i>
<i>E. M. E. I. F. Santa Bernadeth</i>	<i>Rural</i>	<i>Ilha Trambioca</i>	<i>Praia do Cuipiranga</i>
<i>E. M. E. I. F. São Francisco</i>	<i>Rural</i>	<i>Ilha Arapiranga</i>	<i>Cutaju Miri</i>
<i>E. M. E. I. F. São Gregorio</i>	<i>Rural</i>	<i>Furo São Gregório</i>	
<i>E. M. E. I. F. São José</i>	<i>Rural</i>	<i>Furo Arrozal</i>	<i>Ilha Trambioca</i>
<i>E. M. E. I. F. São José Piramanha</i>	<i>Rural</i>	<i>Rio Piramanha</i>	<i>Ilha das Onças</i>
<i>E. M. E. I. F. São Marcos</i>	<i>Rural</i>	<i>Alto Rio Cutaju-Acú</i>	<i>Ilha Arapiranga</i>
<i>E. M. E. I. F. São Raimundo Nonato</i>	<i>Rural</i>	<i>Ilha Arapiranga</i>	<i>Ilha Arapiranga</i>
<i>E. M. E. I. Norma Guilhon</i>	<i>Rural</i>	<i>Ramal Guariju I</i>	<i>Próximo a Igreja</i>

APÊNDICE VII – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

Título do projeto: **TERRITÓRIO EDUCATIVO E SABERES RIBEIRINHOS: NO FLUXO OU NA CONTRAMÃO?**

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, da linha **Análises Socioespaciais e Territoriais do Campo na Amazônia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará/Mestrado Acadêmico (2020-2022), tendo como orientadora a Prof^ª. Dr^ª. Cátia Oliveira Macedo, e cujo objetivo é compreender a diversidade de saberes culturais ribeirinhos que envolvem a comunidade Furo do Nazário na Ilha das Onças no Município de Barcarena-PA, a partir do território educativo, representado pela escola como instrumento na reprodução desses saberes.

Ciente disso, venho convidá-lo(a) a participar desta pesquisa de dissertação, esclarecendo que a sua participação será através de uma entrevista semiestruturada, cujo instrumento foi elaborado por nós a respeito do tema em estudo. Para o registro, usarei uma transcrição da entrevista, ou se você concordar, uma gravação em áudio. Poderei utilizar, também, imagens fotográficas obtidas durante a entrevista, a fim de evidenciar aspectos sobre o assunto tratado, mas sempre resguardando o direito das pessoas, que terão as suas identidades preservadas.

Conforme previamente solicitado, informo que os nomes verdadeiros dos sujeitos da entrevista serão utilizados na dissertação. O depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, segundo as suas normas, será citado com indicação de fonte e autor. O produto final será publicado para fins de divulgação científica e, para tanto, a versão final do trabalho será submetida ao conhecimento e à avaliação dos entrevistados.

A qualquer momento você pode desautorizar os pesquisadores de fazer uso das informações utilizadas. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo.

Mauro Vieira Santos
(Pesquisador)

Prof.^a Dr.^a Cátia Oliveira Macedo
(Orientadora)

Eu, _____, declaro que compreendi as informações aqui apresentadas, ficando claro para mim quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, as garantias e os esclarecimentos pertinentes. Ficou claro, também que minha participação não acarreta em despesas e, inclusive, tenho a opção de desistir de participar da pesquisa mesmo após o seu início. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízos ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste projeto.

Belém, PA, _____ de _____ de 2020.

(Participante da pesquisa)